



Pró-Reitoria Acadêmica

Curso de Relações Internacionais

Trabalho de Conclusão de Curso

**A PERCEPÇÃO NORTE-AMERICANA DE AMEAÇA SOB A
ÓTICA DO ATO-DISCURSO: O CASO DA ASCENSÃO DO
ESTADO ISLÂMICO (2009-2014)**

Autora: Laryssa Cristinne Ferreira de Almeida

Orientador: Fábio Albergaria de Queiroz

Brasília - DF

2015

LARYSSA CRISTINNE FERREIRA DE ALMEIDA

**A PERCEPÇÃO NORTE-AMERICANA DE AMEAÇA SOB A ÓTICA DO ATO-
DISCURSO: O CASO DA ASCENSÃO DO ESTADO ISLÂMICO (2009-2014)**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial de obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Dr. Fábio Albergaria de Queiroz

**Brasília – DF
2015**

TERMO DE APROVAÇÃO

Monografia de autoria de Laryssa Cristinne Ferreira de Almeida, intitulada “A PERCEPÇÃO NORTE-AMERICANA DE AMEAÇA SOB A ÓTICA DO ATO-DISCURSO: O CASO DA ASCENSÃO DO ESTADO ISLÂMICO (2009-2014)”, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília, em 02 de junho de 2015, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof. Dr. Fábio Albergaria de Queiroz
Orientador
Relações Internacionais - UCB

Prof. Dr. Rogério Lustosa Victor
Examinador
Relações Internacionais – UCB

Prof. Dr. Rodrigo Suassuna
Examinador
Relações Internacionais - UCB

**Brasília – DF
2015**

Aos meus professores.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de registrar o meu agradecimento ao professor Fábio Albergaria de Queiroz, acadêmico brilhante, que me orientou na elaboração desta monografia, sugerindo reflexões que a enriqueceram. Gostaria de agradecê-lo por ter despertado o meu interesse pela área da segurança internacional e por ter me ajudado na escolha de um tema que me causasse tamanho fascínio. Da mesma forma, expresso meu reconhecimento a todos os professores – do ensino fundamental ao superior – que tive. Sou grata pelos estímulos, ensinamentos, críticas e pela paciência. Agradeço especialmente aos professores José Romero Pereira Júnior, Fernanda de Moura Fernandes, Rogério Lustosa Victor e Creomar Lima Carvalho de Souza. Saibam que vos admiro de forma muito intensa.

Agradeço aos meus amigos, aqueles que muito se queixaram do meu desaparecimento do convívio social, aqueles que sentiram a minha falta, aqueles que me escreveram poemas em plena madrugada, aqueles que me compraram chocolates, aqueles que me deram abraços apertados, aqueles que me levaram ao cinema só para assistir *Mad Max* e aqueles que me convidaram para dormir em suas casas e dividiram batatas fritas comigo. Vocês sabem quem são e que eu também estava com saudade.

Agradeço à minha irmã, Jéssica Almeida, que forneceu apoio nos momentos em que estive, por horas a fio, diante do computador. Agradeço-a por ter escutado minhas reflexões e por ter me ensinado a seguir em frente sempre, independente das pessoas que tentavam silenciar as minhas opiniões. Não silenciarei.

Agradeço aos meus pais, Simone Ferreira da Costa e Luiz Claudio de Almeida. Agradeço a eles pelos exemplos, pelo amor, pela compreensão e por nunca terem medido esforços para investirem na minha formação acadêmica.

A todos que me ajudaram de alguma forma, meu muito obrigada.

For those of us climbing to the top of the food chain, there can be no mercy. There is but one rule: hunt or be hunted.

Let the butchery begin.

Francis Underwood, House of Cards

RESUMO

Referência: ALMEIDA, Laryssa Cristinne Ferreira de. **A percepção norte-americana de ameaça sob a ótica do ato-discurso: o caso da ascensão do Estado Islâmico (2009-2014)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2015.

Este trabalho realiza um estudo sobre o movimento de securitização realizado por atores securitizadores norte-americanos acerca do avanço do grupo terrorista autodenominado Estado Islâmico. Para tanto, partiu-se da premissa construtivista de que ameaças são construções sociais e que, portanto, os discursos proferidos por indivíduos que ocupam posição de destaque ou possuem a prerrogativa do uso da força poderiam vir a influenciar na percepção de ameaça do público-alvo. Explicam-se: a) como o terrorismo passou a ocupar uma posição importante na agenda de segurança dos Estados Unidos e como a Guerra do Iraque ensejou o surgimento do grupo Estado Islâmico; b) os conceitos desenvolvidos pela Escola de Copenhague, incluindo a teoria da securitização; e c) como Barack Obama convenceu seu público-alvo da importância do uso da força como meio de contenção do Estado Islâmico, ou seja, como o tema foi securitizado. Utiliza-se, como fontes: documentos oficiais, discursos presidenciais e de autoridades do governo, informações de veículos midiáticos e livros sobre o assunto. Conclui-se que o ato-discurso funciona como um instrumento essencial para a securitização de um determinado assunto.

Palavras-chave: Estado Islâmico, Estado Islâmico do Iraque e da Síria, Guerra do Iraque, terrorismo, securitização, Barack Obama, segurança internacional.

ABSTRACT

The essay hereby presented submits a study about the securization movement performed by American security actors concerning the actions of the terrorist group known as Islamic State. Public statements made by actors who occupy prominent positions and have the prerogative to use force was made in order to understand how the audience targeted by such actors perceived the threat represented by the Islamic State. The following are surveyed: a) how terrorism became important in the US security agenda and how the war in Iraq facilitated the rise of the Islamic State; b) the concepts and theories developed by the Copenhagen School; c) how Barack Obama convinced his targeted audience that the use of force was necessary to destroy the Islamic State. The following sources are used: official documents, public statements given by government authorities, information available in media vehicles and pertinent books. It is hence determined that the speech-act works as an essential instrument for the successful securitization of a particular subject.

Keywords: Islamic State, Islamic State of Iraq and Syria, Iraq War, terrorism, securitization, Barack Obama, international security.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIA – *Central Intelligence Agency*

DIA – *Defense Intelligence Agency*

EI – Estado Islâmico

EUA – Estados Unidos da América

ISIL – *Islamic State of Iraq and the Levant*

ISIS – *Islamic State of Iraq and Syria*

JCS – *Joint Chiefs of Staff*

NSA – *National Security Agency*

ONU – Organização das Nações Unidas

TAF – Teoria dos Atos da Fala

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA..... | 1 |
| 1.2 PREMISSA, HIPÓTESE E OBJETIVOS..... | 2 |
| 1.3 METODOLOGIA | 3 |
| 2 O TERRORISMO E A PERCEPÇÃO NORTE-AMERICANA DE AMEAÇA | 5 |
| 2.1 DO 11 DE SETEMBRO AO ORIENTE MÉDIO OCUPADO MILITARMENTE PELOS ESTADOS UNIDOS | 5 |
| 2.3 O SURGIMENTO E AVANÇO DO ESTADO ISLÂMICO | 9 |
| 2.4 A APRESENTAÇÃO DO ESTADO ISLÂMICO COMO UMA AMEAÇA AOS EUA | 13 |
| 3 A ESCOLA DE COPENHAGUE E O PROCESSO DECISÓRIO NOS EUA..... | 15 |
| 3.1 A QUESTÃO DA SEGURANÇA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS | 15 |
| 3.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA DE COPENHAGUE PARA OS ESTUDOS EM SEGURANÇA | 17 |
| 3.2.1 Teoria da Securitização, <i>speech-act</i> e a Teoria dos Atos da Fala (TAF) .. | 18 |
| 3.3 O PROCESSO DECISÓRIO NOS EUA..... | 23 |
| 4 A APLICAÇÃO TEÓRICA AO CASO DA ASCENÇÃO DO ESTADO ISLÂMICO .. | 27 |
| 4.1 A CONSTRUÇÃO DO GRUPO ESTADO ISLÂMICO COMO AMEAÇA ENTRE 2009 E 2013 | 27 |
| 4.3 O ATOR SECURITIZADOR, OS OBJETOS REFERENTES E O PÚBLICO- ALVO | 35 |
| 4.3 OS ATORES FUNCIONAIS..... | 41 |
| 5 CONCLUSÃO..... | 44 |
| REFERÊNCIAS..... | 46 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Após o fim da Guerra Fria, as dinâmicas entre os padrões de cooperação e conflito foram alteradas em um nível global (PECEQUILO, 2009, p. 38). A agenda tradicional de segurança, que estabelecia que as ameaças, em geral de natureza militar, eram causadas por Estados, foi substituída por uma nova agenda de segurança (BUZAN et al., 2009, p. 158). Ainda que as questões clássicas concernentes aos estudos de segurança continuassem relevantes, “novos temas”, como o terrorismo e o crime organizado, passaram a ocupar posição de destaque.

Ao escreverem sobre a evolução dos estudos em segurança internacional, Barry Buzan e Lene Hansen reforçaram que é necessário entender o processo pelo qual determinadas ameaças são manifestadas como um problema de segurança nas agendas de prioridades políticas (Buzan et al., 2009, p. 34). Uma ameaça eminente só adquire importância quando é aceita por atores políticos relevantes. Nesse sentido, nem todos os problemas políticos podem ser categorizados como uma prioridade de segurança internacional. Ademais, Buzan et al. (2009, p. 34) esclarece que aquilo que um Estado percebe como ameaça é diretamente influenciado pela história do país, pela sua posição e composição geográfica e pelas ações – sejam aquelas executadas no plano doméstico ou internacional.

No que se refere ao terrorismo como um aspecto importante da nova agenda de segurança internacional, impende reconhecer, como um dos pontos chave desta pesquisa, algumas das situações que levaram os Estados Unidos, em nome de uma guerra contra o terror, a romperem a linha da beligerância e executarem o uso da força em diferentes países do globo. Este arcabouço também será necessário para contextualizar o surgimento e crescimento do Estado Islâmico, grupo terrorista ultrarradical cujas atividades foram vistas e declaradas pelos Estados Unidos como uma ameaça ao seu povo e integridade.

Cumprido reconhecer, assim, o papel deste grupo, um dos grupos que se opunham à presença norte-americana na região logo após a invasão do Iraque. Optou-se pelo uso do termo Estado Islâmico (EI) para se referir a este grupo ao

decorrer da proposta monografia, já que fora assim que eles se autodenominaram a tomarem o controle de Fallujah e Mosul, duas cidades iraquianas, em 2013. Sabe-se, de qualquer forma, que o grupo mudou de nome diversas vezes ao longo dos anos. Surgindo com o nome Tawhid al-jihad em 2004 no Iraque, o grupo era composto e apoiado por uma outra variedade de grupos insurgentes, no contexto da Guerra do Iraque. Antes mesmo de declarar apoio a Al-Qaeda e mudar o seu nome para Al-Qaeda no Iraque, os militantes deste grupo terrorista expressaram a vontade que tinham de estabelecerem um califado no Oriente Médio. Em árabe, o grupo também fora conhecido por Al-Dawla Al-Islamiya fi al-Iraq wa al-Sham, ou Estado Islâmico do Iraque e do Levante (BANDEIRA, 2013, p. 415).

Ainda que não tenham sido eclipsadas pela mídia, as atividades desse grupo terrorista não alcançaram, entre 2004 e 2013, uma projeção internacional tão elevada quanto aquela observada em 2014. Clamando implementar a verdadeira linha de interpretação das leis do Islã, este grupo fora reconhecido como uma organização terrorista ainda em 2004 pelos Estados Unidos da América. Desde então, existe um emaranhado de informações concernentes às suas atividades, motivações e camadas de complexidade. No sentido de compreender a força que o grupo adquiriu desde o seu surgimento, um resgate dos movimentos que ele executara desde então é imprescindível para os fins desta monografia. Uma ordem cronológica de entendimento faz-se necessária e a mesma será feita no capítulo seguinte.

1.2 PREMISSA, HIPÓTESE E OBJETIVOS

Baseado na premissa de que as ameaças são construções sociais, o presente trabalho parte da seguinte hipótese: Quanto maior for a aderência do público-alvo aos discursos proferidos pelos atores securitizadores, maior será probabilidade de que os movimentos de securitização realizados por estes resultem em medidas de exceção.

São três os objetivos específicos que orientam esta pesquisa, sendo eles: a) Identificar os acontecimentos que agravaram a percepção norte-americana acerca do terrorismo a fim de contextualizar o surgimento e crescimento do Estado Islâmico; b) Mapear a construção de ameaças em relação ao Estado Islâmico via processo

discursivo, a partir da percepção de atores selecionados; c) Verificar se houve a adesão do público-alvo aos discursos proferidos pelos atores securitizadores, ou seja, se houve a securitização do tema.

Baseada na ideia Construtivista¹ de que ameaças são construções sociais, a Escola de Copenhage sugere que os discursos podem, quando aceitos pelo público-alvo, legitimar uma guerra. Sabendo que poucas situações de conflito apontam o uso da força como um ato legal², o conceito de securitização – proposto pela Escola de Copenhage – é interessante para fundamentar o caso aludido nesta monografia

A partir da identificação dos atores securitizadores, objetos referentes e atores funcionais, e diante da percepção construtivista de que tanto a realidade quanto as ameaças são construções sociais, a proposta monografia busca, assim, sob a ótica do ato-discurso, responder como a ascensão do Estado Islâmico no Oriente Médio foi percebida como uma ameaça pelos Estados Unidos e como foi feita a securitização do tema entre 2009 e 2014.

1.3 METODOLOGIA

O método utilizado para desenvolver o presente trabalho será o analítico descritivo, devido à abordagem exploratória que esta monografia há de ter. Com o objetivo de verificar como os atores securitizadores dos Estados Unidos perceberam, entre 2009 e 2014, o grupo terrorista conhecido como Estado Islâmico, a aplicação do *speech-act* aos discursos divulgados em veículos midiáticos será feita, estes compondo uma importante ferramenta metodológica.

Documentos de declarações públicas dadas por tomadores de decisão – como, por exemplo, chefes de Estado e secretários de Defesa – que ocupam posições de destaque no governo norte-americano serão previamente selecionados e, depois disso, examinados e recortados, de forma que os trechos que explicitem o

¹ O Construtivismo é uma teoria desenvolvida nos anos 90. A mesma diverge-se de outras teorias consideradas *mainstream* nas relações internacionais, como o Realismo, em especial por conferir importância às comunidades epistêmicas e por ressaltar o mérito das ideias na construção dos interesses dos Estados (BUZAN, 2009; pp. 192-198).

² São quatro as situações específicas de exceção durante as quais se permite o uso da força e a guerra é um instrumento legal, ou seja, está de conformidade com a lei (BOBBIO, 2007, p. 674). São elas: a) legítima defesa coletiva ou individual; b) ações coletivas e necessárias para a manutenção da paz; c) autodeterminação dos povos e d) interferência coletiva por motivos humanitários ou de humanidade (SOARES, 2003, p. 15).

esforço argumentativo do ator securitizador em securitizar o tema por meio da sua audiência sejam devidamente indicados. Também serão utilizadas fontes secundárias, como livros, artigos científicos, periódicos nacionais e internacionais para que os objetivos do presente trabalho sejam cumpridos.

O presente trabalho monográfico encontra-se dividido, além da introdução e da conclusão, em 3 capítulos, são eles: a) o capítulo 2, onde mostra-se os eventos que levaram à ocupação do Iraque em 2003, o que ensejou o surgimento do grupo hoje conhecido por Estado Islâmico; b) o capítulo 3, onde apresenta-se as contribuições da Escola de Copenhague para os estudos em segurança e as principais características da teoria da securitização; c) o capítulo 4, onde se realiza a aplicação teórica ao caso da ascensão do Estado Islâmico, assim como uma análise da estrutura decisória norte-americana, por meio da qual o movimento de securitização do tema fora realizado e d) a conclusão, onde se avaliará a confirmação ou refutação da hipótese levantada.

2 O TERRORISMO E A PERCEPÇÃO NORTE-AMERICANA DE AMEAÇA

2.1 DO 11 DE SETEMBRO AO ORIENTE MÉDIO OCUPADO MILITARMENTE PELOS ESTADOS UNIDOS

Em resposta aos emblemáticos acontecimentos que se sucederam no dia 11 de setembro de 2001, os tomadores de decisão norte-americanos estabeleceram, em um curto prazo, respostas militares direcionadas ao país onde estivera estabelecida a organização que perpetrou ataques terroristas em solo estadunidense. A data supracitada faz referência aos ataques ao *World Trade Center* e ao Pentágono, símbolos do poder econômico e militar dos Estados Unidos, respectivamente.

Não existe um consenso internacional acerca da definição de terrorismo e diferentes autores apresentam diferentes conceitos e tipologias. Cabe reconhecer, portanto, que a ausência de tal definição em um nível global acaba por engessar a implementação de medidas antiterroristas. De qualquer forma, recorrentemente, a palavra terrorismo está associada às estratégias ou situações que buscam propagar e alastrar o pânico e a instabilidade política e social. Grupos terroristas tendem a, de maneira premeditada e inesperada, fazerem uso da violência para, por exemplo, provocarem o caos, angariarem a atenção da mídia – seja ela local ou internacional – e da opinião pública e obterem concessões. Comumente, terroristas atacam ou ameaçam figuras públicas, assim como membros da população civil e do governo. Assassinatos, bombardeios, sequestros e a ocupação e destruição de espaços públicos e privados figuram no arsenal de táticas desses grupos e redes.

Para os fins desta monografia, cujo foco está na percepção norte-americana de ameaça, utilizar-se-á a definição do Código de Leis dos Estados Unidos da América, que define “terrorismo internacional” como as atividades que envolvem as seguintes características: a) atos violentos ou perigosos para a vida humana; b) atos que aparentam ameaçar ou coagir uma população civil, influenciar a política de um governo através de intimidação ou coação ou afetar a condução de um governo por meio de armas de destruição em massa, assassinato ou sequestro; e c) atos que ocorrem prioritariamente fora da jurisdição norte-americana ou transcendem as fronteiras nacionais em termos dos meios pelos quais eles são realizados (FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION, 2014, p. 1).

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 geraram dinâmicas importantes e expuseram a vulnerabilidade dos Estados Unidos a esses tipos de ato. O autor Fred Halliday, em seu livro *Rethinking International Relations*, subdividiu o terrorismo em quatro tipos: a) aquele advindo de grupos que possuem objetivos e motivações políticas definidas; b) aquele imposto pelo Estado aos seus nacionais; aquele particularizado pelo emprego da violência interna entre grupos sociais que convivem em um mesmo território ou espaço e d) o terrorismo que, por meio do discurso político das sociedades ocidentais, é utilizado para impor e manipular controle (HALLIDAY, 1999). Cabe questionar se os eventos posteriores aos ataques de 11 de setembro, como a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque, inserem-se neste quarto tipo.

O terrorismo assumiu, após os atentados contra o World Trade Center e o Pentágono em 11 de setembro, a centralidade da segurança nacional norte-americana, alterando o foco estatal dos discursos e servindo de justificativa para que o governo Bush intensificasse a militarização da política externa. Tais atentados representaram não só um crime contra os civis que foram mortos, mas um ato de guerra.

Com a mudança do foco estatal dos discursos de segurança a partir de 2001, os Estados Unidos passaram a utilizar o termo “guerra justa” para eliminarem as ameaças advindas dos países que os agrediram injustificadamente (PECEQUILO, 2009, p. 75). Além de criarem um Departamento de Segurança Doméstica – cuja missão basilar é prevenir o terrorismo –, os Estados Unidos reuniram uma coalizão de aliados para lutar, a princípio no Afeganistão, contra redes terroristas. Em suma, os discursos proferidos por George W. Bush em resposta aos ataques de 11 de setembro, além de lançarem conceitos que se tornaram parte da Doutrina Bush³, determinaram o início da Guerra Global Contra o Terrorismo, ou Guerra ao Terror.

³ Em setembro de 2002, a nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSS-2002) fora divulgada. O documento em questão explana os compromissos do governo norte-americano para com a defesa da paz e da liberdade, as quais os Estados Unidos seriam responsáveis por encorajar em cada continente. O documento traz afirmações características de George W. Bush – que também é responsável pela formulação da introdução da Estratégia –, em especial no que concerne à guerra contra o terror. Desta forma, a Estratégia de Segurança Nacional americana passou a ser conhecida, também, por Doutrina Bush.

A organização internacional conhecida como Al-Qaeda⁴ – a qual é constituída por grupos terroristas – fora considerada pelo governo dos Estados Unidos a culpada pelo planejamento e pela execução dos ataques contra o WTC e o Pentágono. Diante disto, ainda em setembro de 2001, o presidente George W. Bush, em um discurso endereçado ao congresso do seu país e ao Talibã⁵, regime que governava o Afeganistão e que provera a Al-Qaeda uma base de operações, listou uma série de ordens que deveriam ser cumpridas pelo segundo. A entrega aos EUA de todos os líderes da Al-Qaeda e o fechamento permanente de campos de treinamento terrorista localizados no Afeganistão eram algumas das demandas do presidente republicano. Ainda, em suas palavras, ele disse que:

We will direct every resource at our command to win the war against terrorists: every means of diplomacy, every tool of intelligence, every instrument of law enforcement, every financial influence and every necessary weapon of war. We will starve the terrorists of funding, turn them against each other, rout them out of their safe hiding places, and bring them to justice. We will defeat the global terror network (THE WHITE HOUSE, 2008, p. 6).

Em um pronunciamento endereçado ao Congresso em janeiro de 2002, Bush levantou o argumento de que muitos países ainda abrigavam e financiavam grupos terroristas – como exemplo, o presidente mencionou o Iraque, alegando que este país, governado, à época, por Saddam Hussein, possuía armas de destruição em massa (THE WHITE HOUSE, 2002, p. 1). Os países acusados de auxiliarem redes terroristas – Iraque, Irã e Coréia do Norte – passaram, então, a figurarem no chamado Eixo do Mal. Em um dos trechos do discurso anteriormente mencionado, Bush afirma que:

States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world. By seeking weapons of mass destruction, these regimes pose a grave and growing danger. They could provide these arms to terrorists, giving them the means to match their hatred. They could attack our allies or attempt to blackmail the United States. In any of these cases, the price of indifference would be catastrophic (THE WHITE HOUSE, 2002, p. 1).

⁴ Na tentativa de disseminar o wahhabismo, interpretação ultraradical, conservadora e monolítica do islã, entre os afegãos, Osama Bin Laden fundou a Al-Qaeda – que, na língua árabe, significa “a base” (AMANAT, 2002, p. 54).

⁵ Movimento militante estudantil que criou raízes entre deslocados afegãos e tomou o controle do Afeganistão na década de 90 (AMANAT, 2002, p. 56).

A guerra contra o terrorismo sob a doutrina preventiva teve o seu início no dia 7 de outubro de 2001 com a operação *Enduring Freedom* no Afeganistão. Ataques aéreos foram perpetrados em solo afegão, o que atestou o comprometimento da administração Bush em fazer uso de toda ferramenta do arsenal americano – em especial as de poderio militar – para conter a ação de grupos terroristas e consolidar a hegemonia americana. Em um discurso proferido na Academia Militar de West Point, Bush afirmou que a guerra contra terroristas é uma iniciativa global de duração incerta (THE WHITE HOUSE, 2001, p. 1). Tal observação foi atestada com a extensa duração da operação *Enduring Freedom* no Afeganistão – a qual só chegou a cabo em dezembro de 2014⁶.

Em 2003, valendo-se de argumentos para convencer o Conselho de Segurança da ONU⁷, a sua população e o Congresso de que o Iraque estava na posse de armas de destruição em massa, os Estados Unidos reforçaram o conceito de guerra preventiva. De acordo com Brzezinski (2007, p. 36), os norte-americanos defenderam a ideia de identificar o inimigo e atacar sem que um consenso de ameaça fosse compartilhado internacionalmente.

A invasão americana ao Iraque – que ocorrera sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU, ou seja, de forma ilegítima e contrária aos princípios que regem o direito internacional – obteve sucesso com a deposição de Saddam Hussein⁸, mas, de qualquer forma, a situação no país em questão mostrou-se mais complexa do que o esperado. O Departamento de Defesa dos Estados Unidos sinalizou que a deposição de Saddam resultaria em um vácuo de poder, o qual, caso ocupado por forças nacionais – fossem estas xiitas, curdas ou sunitas –, levaria a uma guerra civil (PECEQUILO, 2009, p. 79). Como consequência, os Estados Unidos recorreram à ONU para garantirem a aprovação da resolução n. 1.483, a qual legava aos EUA e a Grã-Bretanha, que fizera parte da coalizão que invadiu o Iraque em 2003, a responsabilidade pelo processo de reconstrução, tanto

⁶ A Guerra no Afeganistão chegou ao fim após 13 anos de combate. O encerramento da operação *Enduring Freedom* foi oficializado durante uma cerimônia em Kabul. O presidente Barack Obama agradeceu as tropas, agentes de inteligência, aliados e civis que participaram da operação e ajudaram a não só desmantelar diversas operações da Al-Qaeda como colaboraram para uma transição democrática de poder no Afeganistão.

⁷ Colin Powell, secretário de Estado do governo Bush, apresentara, ao longo de 2002 e do início de 2003, informes de inteligência e outras “evidências” ao Conselho de Segurança da ONU na tentativa de justificar a invasão americana ao Iraque (BANDEIRA, 2013, p. 140). No entanto, a invasão fora realizada sem o consentimento do Conselho.

⁸ Após ser deposto, Saddam Hussein fugiu de Bagdá, sendo capturado, julgado e condenado à morte em 2006 (PECEQUILO, 2009, p. 79).

política quanto física, do Iraque (SECURITY COUNCIL, 2003, p. 4). Desta forma, o vácuo de poder seria preenchido até o fim da retirada das tropas estrangeiras da região.

Ao ordenar a invasão do Iraque em 2003, o presidente Bush admitiu a pretensão de implantar uma democracia no país. Em contrapartida, a ocupação do Iraque pelos Estados Unidos não gerou uma democracia, e o Iraque permaneceu dividido em seitas e grupos étnicos distintos (BANDEIRA, 2013, p. 144). Os conflitos sectários entre sunitas e xiitas se intensificaram e se tornaram mais frequentes tanto em cidades do interior quanto em Bagdá, capital do Iraque.

Ao longo da sua campanha eleitoral realizada em 2008, Barack Obama, então presidente dos Estados Unidos, prometera retirar as tropas americanas que ainda estavam sediadas no Iraque. A promessa em questão foi cumprida em definitivo em dezembro de 2011, em meio ao insucesso militar da custosa⁹ operação militar e à crise financeira. Vale-se de ressalva que a presença das tropas norte-americanas no Iraque, tanto durante a guerra quanto após o fim da mesma, incitava a oposição no país (BANDEIRA, 2013, p. 181). Oposição advinda não só da corrente xiita – representada pelo Primeiro-ministro Nouri al-Maliki, que substituíra o governo de transição¹⁰ que fora organizado pelos Estados Unidos –, mas também das facções e grupos terroristas que estavam levando o país a uma guerra civil (PECEQUILO, 2009, p.79).

2.2 O SURGIMENTO E AVANÇO DO ESTADO ISLÂMICO

Dentro do movimento sunita, existem correntes ultrarradicais que defendem que o Islã deve seguir um processo de isolamento de qualquer influência externa. As expressões *wahhabi* e *salafi*, apesar de indicarem uma mesma tendência, são remotamente distintas. O wahhabismo é um dos ramos dos sunitas, sendo uma orientação mais radical e ultraconservadora, fundada por Muhammad ibn Abd al-Wahhab, sujeito que desejava expurgar o Islã de suas impurezas e da contaminação

⁹ O relatório *Costs of War*, elaborado por pesquisadores da Brown University, estimara que os custos econômicos das guerras contra o terror empreendidas pelos Estados Unidos no Iraque, Afeganistão e Paquistão ultrapassavam US\$ 3 trilhões (COSTS OF WAR, 2013, p. 10).

¹⁰ Após a invasão do Iraque, os Estados Unidos, diante do caos e da continuidade da violência no país, instaurou um governo de transição, este comandado, até 2004, por Paul Bremer (PECEQUILO, 2009, p. 79).

dos valores ocidentais. Luiz Bandeira observou que o fundamentalismo islâmico representa, sobretudo, uma reação contra o laicismo e a ocidentalização. Ademais, o autor salienta que a presença norte-americana no Afeganistão e no Iraque insultou os mais religiosos, já que estes acreditavam que as marcas da cultura americana ameaçavam destruir os pilares do Islã (BANDEIRA, 2013, p. 79).

Ao longo dos estágios iniciais da Insurgência Iraquiana¹¹, determinados grupos passaram a serem percebidos como ameaça pelos Estados Unidos. No dia 15 de outubro de 2004, o secretário de Estado Colin Powell declarou o grupo Jama'at al-Tawhid wa'al-Jihad, também conhecido por Tawhid al-Jihad¹², como uma organização terrorista, afirmando que os Estados Unidos fariam o possível para impor sanções ao grupo e congelar o financiamento que a ele era dado (DEPARTMENT OF STATE, 2004). O grupo terrorista supracitado declarou apoio à Al-Qaeda também em 2004, sendo conhecido, à época, Pelo nome Al-Qaeda no Iraque.

Atuando como um braço da Al-Qaeda no Iraque, o grupo, além de ter engendrado ofensivas contra as forças de Coalizão, assumiu a autoria de outros ataques, um deles contra um hotel em Omã¹³, capital da Jordânia. O Departamento de Estado norte-americano chegou a interceptar, em 2005, uma carta que o líder da Al-Qaeda no Iraque, Abu al-Zarqawi, enviara para Ayman al-Zawahiri, médico de Bin Laden. A carta descrevia o plano que o grupo tinha para prolongar e expandir a guerra do Iraque. O plano estava dividido em quatro partes: a) expulsar as tropas norte-americanas do Iraque; b) expandir a guerra para os países seculares da região; c) iniciar uma guerra contra Israel e d) formar um Estado Islâmico (STATE OF DEPARTMENT, 2006).

A partir do dia 15 de outubro de 2006, o grupo previamente conhecido por Tawhid al-Jihad ou Al-Qaeda no Iraque se autodenominou Estado Islâmico do Iraque, tentando monopolizar o poder dentro de comunidades sunitas. Em um vídeo divulgado internacionalmente pelo Mujahideen Shura Council, organização que

¹¹ Após a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, diversos grupos rebelaram-se diante do ocorrido e passaram a propagar, de forma intensiva, o terror. Ofensivas contra forças estrangeiras na região foram realizadas, como bombardeios suicidas e decapitações públicas (TALBOTT, 2002, p. 43).

¹² Liderado por Abu Al-Zarqawi, o grupo fora considerado, por exemplo, responsável pelo atentado ao Quartel General da ONU em Bagdá que causou a morte do diplomata Sérgio Vieira de Mello e pela decapitação de Jack Hensley, engenheiro norte-americano (DEPARTMENT OF STATE, 2004).

¹³ 56 indivíduos – entre eles americanos e jordanianos – morreram e mais de duzentos ficaram feridos durante o atentado ao hotel Grand Hyatt, conhecido por hospedar governantes (FOX NEWS, 2005).

englobava seis dos grupos que participavam da Insurgência Iraquiana, um homem, cujo rosto não pode ser visualizado, se declara o porta-voz do grupo que fora estabelecido “com a ajuda de Allah para proteger sua religião e o seu povo”. O sujeito ainda expressa o seu repúdio aos “invasores” que estavam sediados no Iraque e aos xiitas¹⁴, afirmando que qualquer transgressão advinda destes seria respondida com a força de Allah por meio de uma retaliação severa.

Entre 2006 e 2010, o Estado Islâmico do Iraque foi comandado por Abu Omar al-Baghdadi, ao tempo em que novas nuances foram agregadas ao cenário no qual este grupo se encontrava. O grupo, ainda abarcado pela Al-Qaeda, assumiu, em 2007, a autoria do sequestro e execução de 18 funcionários do Ministério da Defesa do Iraque. Após a confirmação da morte de Abu Omar al-Baghdadi, que ocorrera durante uma operação conjunta entre tropas norte-americanas e iraquianas (AL JAZEERA, 2007), os sunitas¹⁵ radicais que compunham o grupo passaram a serem liderados por Abu Bakr al-Baghdadi.

Cartas que foram trocadas entre Abu al-Baghdadi, líder do Estado Islâmico no Iraque, Abu Ayyub al-Masri, líder da Al-Qaeda no Iraque e Ayman Al-Zawahiri, segundo líder da Al-Qaeda, foram interceptadas pelas forças de Coalizão em abril de 2008. Nas cartas, Al-Zawahiri critica o Estado Islâmico de assumir a autoria de ataques que não foram por eles perpetrados, o que poderia vir a prejudicar a legitimidade do grupo e da Al-Qaeda no longo prazo (LONG WAR JOURNAL, 2008). Ademais, as cartas indicam que o Estado Islâmico no Iraque estava sofrendo extremas dificuldades financeiras, o que prejudicava as metas do grupo – as quais, de acordo com Al-Zawahiri, também não estavam bem definidas.

Após vencer as eleições presidenciais dos EUA, o democrata Barack Obama discursou em uma universidade do Cairo, capital do Egito. O presidente reforçou que a sua mensagem era endereçada ao “mundo islâmico”, reconhecendo erros históricos que foram feitos em nome da religião e da cultura e afirmando o desejo de um “novo começo” nas relações entre os Estados Unidos e os países de maioria muçulmana. O Estado Islâmico do Iraque mostrou-se insatisfeito com o discurso de Obama. Abu al-Baghdadi – líder do grupo à época – afirmou que Obama se virou

¹⁴ Aqueles que consideram Ali, genro do profeta Maomé, como sucessor legítimo deste (AL-TABATABAÍ, 1997, p. 7).

¹⁵ Aqueles que consideravam Aisha, noiva do Profeta Maomé, a sucessora legítima deste. Os sunitas seguem os ensinamentos de Maomé e dos Quatro Califas Bem guiados, aqueles que sucederam o Profeta como líderes da comunidade islâmica.

contra o mundo islâmico ao “assumir o comando dos exércitos do ocidente” e que ele continuaria a seguir as instruções opressoras de seu antecessor republicano (THE GUARDIAN, 2009).

Durante uma conferência de imprensa no Pentágono, o general Ray Odierno afirmou que, entre 2009 e 2010, o grupo terrorista conhecido como Estado Islâmico sofrera diversos “golpes” em sua estrutura e fonte de financiamento, mas que isso não os impediu de continuarem tentando a desmantelar o governo iraquiano. O general admitiu a captura e possível morte de mais de 40 líderes do grupo, alegando que isso os desorganizou e os deixou sem comunicação direta com membros da Al-Qaeda. Odierno opinou, ainda, que o Estado Islâmico se reconstituiria rapidamente em razão da resiliência característica de seus membros (LONG WAR JOURNAL, 2010).

Em 2013, o Estado Islâmico do Iraque se expandiu para a Síria, alterando o seu nome para Estado Islâmico do Iraque e do Levante¹⁶. A organização afiliada a Al-Qaeda reconheceu que fundou a Frente al-Nusra, milícia de orientação sunita que pretende instituir um Estado islâmico na Síria e é notadamente responsável pela organização das forças rebeldes que lutam contra Bashar al-Assad¹⁷ (FOREIGN POLICY, 2013). A partir do momento em que o grupo jihadista¹⁸ passou a atuar na Síria, a concepção islâmica clássica de um califado¹⁹ tornou-se mais evidente.

Em fevereiro de 2014 a Al-Qaeda optou por dessocializar-se do grupo jihadista. O atual líder da Al-Qaeda, Ayman al-Zawahiri, que nunca havia se separado de uma organização filiada a ela antes, afirmou que as ações do Estado Islâmico do Iraque e do Levante eram muito extremas e violentas para que eles continuassem fazendo parte da organização (THE WASHINGTON POST, 2014)

¹⁶ A região do levante é um espaço geográfico muito amplo e não possui uma definição precisa. É de maioria islâmica e engloba a Síria, a Jordânia, Israel, a Palestina, o Líbano, o Chipre e o sul da Turquia.

¹⁷ Atual presidente da Síria. Substituiu o pai, Hafez al-Assad, que fora colocado no poder pelos franceses. Bashar faz parte da dinastia Alauíta, que fora criada por camponeses xiitas que viviam nas montanhas da Síria.

¹⁸ Palavra de origem árabe que significa empenho. Jihadistas são aqueles que praticam o fundamentalismo islâmico, estando dispostos a sacrificarem suas próprias vidas em nome deste (BANDEIRA, 2013, p.40).

¹⁹ Depois da morte de Maomé, no século VII da Era Cristã, discutiu-se quem o sucederia, ou seja, quem ocuparia a posição de Califa – líder supremo da religião islâmica. Um califado, desta forma, seria uma área regida pelo Islã e cujas regras seriam baseadas no conjunto de leis islâmicas, também conhecido por Sharia.

Em junho de 2014, Abu Bakr Al-Baghdadi mudou o nome do grupo por ele liderado de Estado Islâmico do Iraque e do Levante para Estado Islâmico (EI) e declarou que as terras sobre as quais eles tinham controle integravam um califado. Impende reconhecer que, ainda que o grupo tenha mudado o seu nome com frequência, as ideias que movem as suas ações ainda são as mesmas. O Estado Islâmico, composto por seguidores das correntes radicais do movimento sunita, o wahhabismo e o salafismo, defendem, em sua essência, além da pureza do Islã e de um Estado baseado na Sharia, um distanciamento total do ocidente.

Documentos recuperados pelo governo do Irã e compartilhados com oficiais de inteligência norte-americanos provam que oficiais que integravam o exército iraquiano de Saddam Hussein e receberam treinamento militar baseados em técnicas terroristas agora fazem parte do Estado Islâmico (NEW YORK TIMES, 2014). Além de compor um dos quadros mais complexos em termos de segurança da atualidade, o Estado Islâmico foi apontado por Atheel al-Nujaifi, governador de uma das províncias do Irã como um dos grupos terroristas mais ricos da história (THE WASHINGTON POST, 2014). Discute-se que parte do dinheiro controlado pelo grupo jihadista advém das refinarias de petróleo controladas por eles na Síria e no Iraque. Cumpre registrar que desmantelar as redes que suportam grupos terroristas financeiramente é uma das estratégias norte-americanas para a contenção destes (NEW YORK TIMES, 2014).

Impende registrar que a ideia central do Estado Islâmico permaneceu a mesma desde a sua criação. Seus membros objetivam unir os povos árabes em torno de uma área comum, de uma única estrutura, a qual seria baseada nas leis da *Sharia*, que engloba todos os princípios da vida muçulmana.

2.3 A APRESENTAÇÃO DO ESTADO ISLÂMICO COMO UMA AMEAÇA AOS EUA

A percepção norte-americana da ameaça que o Estado Islâmico representa fora diretamente afetada pelo alcance que os vídeos divulgados por este atingiram nas plataformas virtuais (REPORTS ON TERRORISM, 2014). Como consequência, em resposta a esta nova ameaça terrorista que se alastra pelo Oriente Médio, o presidente Barack Obama se pronunciou. Em um dos seus discursos, o tomador de

decisão afirma que, como presidente, sua maior prioridade é a segurança do povo americano. Ele também cita que, ao longo dos últimos anos, os Estados Unidos têm lutado sistematicamente contra os grupos terroristas que os ameaçaram.

Obama, no mesmo discurso, também salienta que os Estados Unidos não podem apagar “*every trace of evil from the world*” (THE TELEGRAPH, 2014), mas que eles irão destruir o grupo conhecido como Estado Islâmico. Ele declara que:

In a region that has known so much bloodshed, these terrorists are unique in their brutality. They execute captured prisoners. They kill children. They slave, rape, and force women into marriage. They threatened a religious minority with genocide. And in acts of barbarism, they took the lives of two american journalists – Jim Foley and Steven Sotloff.

So the Islamic State poses a threat to the people of Iraq and Syria, and the broader Middle East – including american citizens, personnel and facilities. If left unchecked, these terrorists could pose a growing threat beyond that region, including to the United States (THE TELEGRAPH, 2014).

Entende-se, assim, que os Estados Unidos percebem o Estado Islâmico como uma ameaça direta a integridade deles. Outras frases do presidente deram sustentação a este argumento. Além disso, Obama admitiu que as linhas da beligerância foram rompidas, ou seja, que ataques foram perpetrados contra o grupo jihadista, como atestam as suas palavras quando ele diz que:

:

Last month, I ordered our military to take targeted action against the Islamic State to stop its advances. Since then, we’ve conducted more than 150 successful airstrikes in Iraq. These strikes have protected american personnel and facilities, killed ISIL²⁰ fighters, destroyed weapons, and given space for iraqi and kurdish forces to reclaim key territory

I can announce that America will lead a broad coalition to roll back this terrorist threat. Our objective is clear: we will degrade, and ultimately destroy, ISIL through a comprehensive and sustained counterterrorism strategy (THE WHITE HOUSE, 2014).

²⁰ Sigla para Estado Islâmico do Iraque e do Levante (Islamic State of Iraq and the Levant, em inglês).

Ao reforçar, por meio deste e de outros pronunciamentos, a ameaça que o Estado Islâmico representa não só para a região na qual o grupo está inserido, mas também para os Estados Unidos, Obama demonstra estar tentando convencer o seu público de que o uso da força foi e continua sendo necessário.

Considerando tudo o que exposto, cabe destacar que a Escola de Copenhague oferece um marco teórico abrangente e inovador para se explicar a questão de como os Estados Unidos tem percebido, a partir do início da administração de Barack Hussein Obama, o Estado Islâmico como ameaça.

3 A ESCOLA DE COPENHAGUE E O PROCESSO DECISÓRIO NOS EUA

3.1 A QUESTÃO DA SEGURANÇA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Para compreendermos o surgimento e as contribuições teóricas da Escola de Copenhague, a qual exerce um papel de sustentáculo da teoria da securitização, uma breve explanação sobre os desdobramentos resultantes do profuso debate relativo a questões de segurança internacional é primordial e esclarecedora para os fins da proposta monografia.

A inclinação para os temas militares e estratégicos é frequente entre os teóricos das relações internacionais, especialmente entre aqueles que compartilham de uma visão estadocêntrica dos assuntos internacionais. De fato, o próprio surgimento da disciplina fora motivado pelo interesse de estudiosos em compreenderem o fenômeno da guerra – assim como os motivos que levavam os Estados a evitá-las.

Desenvolvida sobretudo nos Estados Unidos e na Inglaterra – sendo, assim, fundamentalmente anglo-saxã – e lançada como um esforço para a compreensão conceitual da guerra, a disciplina de relações internacionais teve, como uma de suas ramificações, o campo de estudos internacionais de segurança. Buzan (2009) salienta que, dessa forma, tal campo de estudos apresenta uma orientação ocidentalizada.

O conceito tradicional de segurança, este intrinsecamente ligado à soberania e integridade territorial dos Estados, fora, notadamente após o término da Guerra

Fria, debatido e questionado por acadêmicos da área. Pensava-se que tal conceito encontrava-se muito influenciado por premissas realistas – as quais constituem o paradigma dominante das relações internacionais. Sabe-se que as diferentes correntes teóricas da disciplina, como o realismo e o construtivismo, divergem quanto à natureza e às causas dos conflitos. Os realistas, em linhas gerais²¹, consideram que os conflitos são um fenômeno inerente à natureza anárquica do sistema internacional, refletindo a busca de cada Estado pela defesa de seus interesses e pelo acúmulo de poder. Por outro lado, os construtivistas percebem os conflitos como artifícios socialmente aceitos – seja para a imposição de valores e interesses ou para a solução de contenciosos.

No que se refere às diferentes interpretações do conceito de segurança e aos debates em torno do estudo do tema e da sua evolução teórica, cabe registrar que são três as vertentes pertencentes a tais estudos, sendo elas: a vertente Abrangente, a Tradicionalista e a Crítica.

A vertente tradicionalista possui pressupostos consonantes com aqueles que foram estabelecidos na teoria realista das relações internacionais. Os Estados, atores racionais que convivem entre si com a possibilidade eminente de guerra, são a principal unidade de análise da vertente anteriormente mencionada, estando ela restringida ao estudo de questões militares e a um entendimento anarquista da política mundial. Já a vertente crítica estabelece como objetivo uma discussão acerca do viés realista do conceito de segurança, sugerindo um diálogo entre diferentes disciplinas acadêmicas, atribuindo uma aproximação da política dos estudos de segurança e enfatizando a importância da segurança humana – onde os seres humanos seriam os principais objetos de estudo (BUZAN et al., 2009, p. 206-210).

Largamente influenciada pelo construtivismo, a vertente abrangente (*widening*) argumentou em favor de um aprofundamento acerca do conceito de segurança. Os adeptos desta corrente contrariam de forma parcial os princípios positivistas priorizados pelas principais teorias das relações internacionais, como o realismo. O objetivo da ampliação da definição do conceito de segurança demandada pelos estudiosos da vertente abrangente teve, como um de seus resultados, a criação da Escola de Copenhague, instituto cuja história, arcabouço e

²¹ Sabe-se, de qualquer forma, que há divergências entre o realismo clássico, o realismo estrutural, o realismo ofensivo, e assim por diante.

resultantes serão primordiais para comprovar ou refutar a hipótese a ser desenvolvida no terceiro capítulo desta monografia.

3.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA DE COPENHAGUE PARA OS ESTUDOS EM SEGURANÇA

Também conhecida como *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI), a Escola de Copenhague, criada em 1985, é uma referência para os estudiosos da área de segurança internacional. Amparada nos arcabouços teóricos de duas das teorias que são consideradas *mainstream* nas relações internacionais – o realismo e o construtivismo – a Escola de Copenhague possuía como intenção basilar a promoção dos estudos sobre a paz, integrando um movimento pós-positivista das relações internacionais que conquistara maior relevância com o final da Guerra Fria.

A Escola de Copenhague teve como principais expoentes o teórico realista Barry Buzan – este passando a fazer parte da Escola a partir de 1988 – e o teórico construtivista Ole Wæver. Ainda que possuíssem inclinações teóricas distintas, os dois autores foram capazes de estabelecer uma posição intermediária entre as duas, desenvolvendo um diálogo frutífero e inovador em termos de paz e segurança. A Escola de Copenhague foi responsável não só pelo alargamento dos estudos e debates em torno da segurança internacional, mas também pela ampliação do conceito de segurança, tornando-o mais inclusivo (HUYSMANS, 1998, p. 482).

No livro *Security: A New Framework for Analysis*, lançado em 1998, Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde lançaram as bases da chamada Agenda Ampla de Segurança e apresentaram uma nova teoria de segurança, reforçando a ideia construtivista de que o mundo é uma realidade construída. Impende reconhecer que as principais características do construtivismo compõem a base que sustenta os principais conceitos elaborados pela Escola de Copenhague, o que torna a sua compreensão desejável para os fins desta pesquisa.

Introduzido no campo das relações internacionais em 1989 pelo autor Nicholas Onuf, o construtivismo diverge-se das demais teorias da área não só pela sua abordagem reflexivista, mas também por conferir importância às comunidades epistêmicas e por ressaltar o mérito das ideias na construção dos interesses dos Estados. Ainda que aceite que os Estados são os atores essenciais para a análise

das relações internacionais, o construtivismo estabelece que as relações entre eles não definidas e motivadas por interesses, mas por padrões de identidade e de comportamento que mudam com o passar do tempo. Neste sentido, os estímulos que cada Estado oferece afetam a percepção que os outros têm dele – inferindo-se, assim, que a realidade é o resultado de interações sociais (BUZAN, 2009; pp. 192-198).

É oportuno, ainda, mencionar que para Alexander Wendt – tido como o principal expoente do construtivismo – as relações de cooperação e conflito entre os Estados estão submetidas ao processo de formação de identidades de ocorre entre eles (WENDT, p. 8-11). Em seu livro *Anarchy is What States Make of It*, publicado em 1992, Wendt propõe que a anarquia que rege o sistema internacional é uma construção social relacionada à identidade dos Estados. Seguindo esta ótica construtivista que influenciou a Escola de Copenhague, ser-nos-á explicado, a seguir, a principal contribuição desta para os estudos de segurança internacional: a teoria da securitização.

3.2.1 Teoria da Securitização, *speech-act* e a Teoria dos Atos da Fala (TAF)

De acordo com a Escola de Copenhague, segurança é sobrevivência. Ole Wæver e Barry Buzan argumentam que, nas relações internacionais, uma questão só se torna um problema de segurança caso for apresentada como uma ameaça real a algum objeto referente – ameaça essa que deve ser preferencialmente contida em curto espaço de tempo. O argumento central da teoria da securitização é o de que um assunto passa a ser um problema de segurança não porque algo é apontado como uma ameaça objetiva a um Estado, mas porque um ator veio a definir algo como uma ameaça existencial contra a sobrevivência de um objeto (BUZAN et al., 1998, p. 21). As arestas do conceito de segurança são aparadas pelos autores do livro *Security: A New Framework for Analysis* ao longo do segundo capítulo deste, como visto a seguir:

Security is about survival. It is when an issue is presented as posing an existential threat to a designated referent object (traditionally, but not necessarily, the state, incorporating government, territory, and society). The

special nature of security threats justifies the use of extraordinary measures to handle them. The invocation of security has been the key to legitimizing the use of force, but more generally it has opened the way for the state to mobilize, or to take special powers, to handle existential threats (BUZAN et al., 1998, p. 21).

Assim sendo, partindo da assertiva de que, nas relações internacionais, a segurança está vinculada à sobrevivência de um objeto referente, a teoria da securitização estabelece que, quando um determinado objeto está sendo ameaçado, o uso de medidas de exceção torna-se justificável, de forma que o objeto referente tenha a sua sobrevivência garantida. Na securitização, os atores securitizadores empenham-se para, através do discurso, convencerem o seu público-alvo de que determinado tema deve sair da esfera convencional – e até mesmo diplomática – de negociações e ser posto em uma esfera de destaque que possibilite a aplicação ou execução de medidas exceção (BUZAN et al., 1998, pp. 21-24).

Afirmar que determinado assunto pode vir a se tornar um problema de segurança após ser apontado como tal não significa, no entanto, que qualquer assunto poderá vir a ser securitizado. Para que determinada questão seja securitizada com sucesso, o ator securitizador deverá iniciar um movimento de securitização – ou seja, apresentar algo ou alguém como sendo uma ameaça existente a integralidade de um objeto referente –, o qual deve ser obrigatoriamente aceito pela audiência que funcionava como alvo do ator securitizador.

Buzan et al. (1998) aponta que diferentes assuntos são enquadrados em diferentes níveis. O nível não-politizado faz concernência a esfera onde temas que não exigem debate em termos de segurança são discutidos. Já o nível politizado é aquele atinente à esfera onde temas que exigem decisões típicas de segurança são debatidos. Para que um tema de segurança deixe o nível politizado e seja securitizado, ou seja, passe a fazer parte da esfera onde medidas emergenciais de segurança são tomadas, o convencimento do público-alvo torna-se necessário. Logo, quando um tema sai do nível politizado para o nível securitizado, tem-se um movimento de securitização.

Já o movimento inverso ao de securitização é o de dessecuritização, o que os criadores da teoria apontam como desejável. Seguindo esta linha de raciocínio, Buzan et al. (1998) salientam que segurança deveria ser vista como algo negativo e

falho, já que a concretização da mesma indica que a esfera ordinária ou política de solução de contingências não fora suficiente ou bem-sucedida. Há, ainda, por parte dos autores, uma rejeição da idealização da segurança, já que, como é por eles apontado, indivíduos detentores de recursos de poder já exploraram determinadas “ameaças” com a intenção de obterem ganhos na esfera doméstica dos seus Estados. De qualquer forma, muitas das vezes, ainda que a dessecuritização de uma ameaça seja preferível, alguns Estados poderão não ter outra escolha a não ser a securitização ao serem confrontados por um agressor inescrupuloso que ignora a esfera político-diplomática.

De acordo com a teoria da securitização – que, cumpre ressaltar, possui características herdadas de postulados construtivistas –, outros atores internacionais que não os Estados soberanos podem conseguir enquadrar uma ameaça em um nível politizado ou securitizado. Atores como organizações intergovernamentais ou não governamentais, por exemplo, também possuem a prerrogativa de tentarem convencer determinado público-alvo da existência de uma ameaça real ou eminente a algum objeto referente.

Além dos atores securitizadores, Buzan et al. (1998) apontam, também, a importância dos atores funcionais. Os atores funcionais são aqueles que, além de demonstrarem interesse no desfecho da situação, influenciam o movimento de securitização, ainda que não possam promover o estabelecimento de uma medida de exceção que possa conter uma ameaça.

A teoria da securitização reforça a ideia de que uma ameaça não necessariamente deve existir para que um tema seja securitizado. Basta que o ator securitizador, aquele que ocupa uma posição de destaque e possui a prerrogativa do uso da força, convença, através do ato-discurso, o seu público de que uma ameaça existe²² e de que medidas de exceção devem ser tomadas para contê-la. Neste sentido, a teoria também acentua que a securitização só ocorre de fato quando houver a aceitação da mesma por parte de uma audiência. Caso contrário, acontecerá apenas um movimento de securitização. Buzan et al. estabelecem que:

²² O caso da invasão do Iraque em 2003, já mencionado neste trabalho, serve de exemplo. À época, na condição de ator securitizador, George W. Bush conseguiu fazer com que a sua população e o seu Congresso aderissem ao argumento de que invadir o Iraque era necessário, já que este país era suspeito de deter armas nucleares (PECEQUILO, 2009, p. 77).

A discourse that takes the form of presenting something as an existential threat to a referent object does not by itself create securitization – this is a securitizing move, but the issue is securitized only if and when the audience accepts it as such. Accept does not necessarily mean in civilized, dominance-free discussion; it only means that no order always rests on coercion as well as on consent. Since securitization can never only be imposed, there is some need to argue one's case (BUZAN et al., 1998, p. 25).

A fim de evidenciar que o discurso dos atores securitizadores é uma variável imprescindível para o convencimento de um público alvo, Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde recorreram à Teoria dos Atos da Fala. Desenvolvida pelos filósofos John Searle e John Austin, a mesma analisa discursos tais como eles existem e é utilizada para que as relações entre as palavras e o mundo real sejam esclarecidas (SEARLE, 1984; AUSTIN, 1990). Dentro da TAF, têm-se os atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários. O primeiro destes atos ilustra as palavras e sons que são proferidos de uma forma abstrata, não sendo relevante para a teoria da securitização. Já os atos ilocucionários fazem referência ao que se diz dentro de um contexto que faça sentido. Por fim, os atos perlocucionários são afetos às consequências do ato de se dizer algo (AUSTIN, 1990 apud QUEIROZ, 2012; p. 67).

Os conceitos propostos pela teoria dos atos da fala atribuem importância à relação entre os significados pretendidos na emissão dos falantes, ou seja, são eficientes para a análise da subjetividade dos discursos proferidos pelos indivíduos. Neste sentido, um ator securitizador, ao perceber que certo objeto referente está tendo a sua existência ameaçada, pode, através do ato-discurso e de atos ilocucionários, convencer uma audiência e conquistar a possibilidade de executar medidas extraordinárias para garantir a sobrevivência de tal objeto – o que seria um ato perlocucionário.

Conclui-se, até aqui, que a teoria da securitização estabelece que quando um objeto referente está tendo a sua existência ameaçada, o ator securitizador, por meio do ato-discurso, pode vir a securitizá-lo e garantir, por meio de medidas de exceção, a sua sobrevivência (BUZAN et al, 1998; pp. 23-25). Existem três estruturas que devem ser obrigatoriamente percebidas e analisadas para a compreensão acurada de um movimento de securitização, são elas:

a) Objetos Referentes: De acordo com BUZAN et al. (1998), são *“things that are seen to be existentially threatned and that have a legitimate claim to survival”*. Ou seja, um objeto referente é aquele cuja existência está ameaçada.

b) Atores Securitizadores: Atores que, além de ocuparem uma posição de autoridade, detêm a prerrogativa de executarem medidas de exceção diante do enfrentamento de determinada ameaça. Tendem a serem representados por líderes políticos, como chefes de Estado ou Governo. São definidos como *“actors Who securitize issues by declaring something existentially threatened”* (BUZAN et al., 1998; p. 36).

c) Atores funcionais: Representados por aqueles, sejam organizações ou indivíduos, por exemplo, que expressam interesse na securitização ou dessecuritização de um determinado tema. São *“actors who affect the dynamics of a sector, without being the referent object or the actor calling for security on behalf of the referent object, this is an actor who significantly influences decisions in the field of security* (BUZAN et al., 1998; p.36).

Ainda no que se refere à teoria da securitização – a qual será aplicada no terceiro capítulo ao caso da percepção norte-americana acerca da ascensão do grupo terrorista autodenominado Estado Islâmico –, cabe destacar a síntese do que é securitização de acordo com Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde:

Securitization can be seen as a more extreme version of politicization. In theory, any public issue can be located on the spectrum ranging from nonpoliticized (meaning the state does not deal with it and it is not in any other way made na issue of public debate and decision) through politicized (meaning the issue is part of public policy, requiring government decision and resource allocations or, more rarely, some other form of communal governance) to securitized (meaning the issue is presented as na existencial threat, requiring emergency measures and justifying actions outside the normal bounds of political procedure (BUZAN et al., 1998, p. 22).

Por fim, ressalve-se, mais uma vez, que, de acordo com os estudos realizados por Buzan et al. (1998), o processo de securitização de um objeto que

está tendo a sua sobrevivência e integralidade – organizacional ou física – ameaçada se dá por etapas bem definidas. Recorrentemente, mas não necessariamente, antes de vir a ser securitizado, um determinado assunto integra uma esfera **não-politizada**, ou seja, um âmbito onde questões que não exigem decisões ou discussões em termos de segurança estão. Depois disso, antes de ser securitizado, o assunto fará parte do eixo **politizado** de discussão. O ator securitizador, portanto, realiza um esforço discursivo direcionado ao **público-alvo** para que um item de segurança deixe o nível politizado e seja securitizado – isso compreende ao **movimento de securitização**.

3.3 O PROCESSO DECISÓRIO NOS EUA

Para verificarmos, no próximo capítulo, a aplicação da teoria da securitização – criada, como visto anteriormente, pela Escola de Copenhague – ao caso da ascensão do grupo autodenominado Estado Islâmico, uma compreensão parcial do processo de tomada de decisão do governo norte-americano torna-se desejável. Cabe ressaltar que a aplicação teórica ao caso se dará com base na percepção norte-americana de ameaça, sendo assim, é importante conhecermos os atores cujos cargos influenciam o processo decisório nos EUA. Identificaremos, dessa forma, ao decorrer do capítulo, os atores – securitizadores e funcionais – que estão envolvidos no esquema do movimento de securitização.

A formulação de políticas nos Estados Unidos é reconhecidamente complexa, envolvendo a interação entre o poder Executivo e suas agências, o poder Legislativo, *think thanks*, variados grupos de interesse da sociedade civil e setores empresariais. Apontar-se-á, então, a seguir, os principais atores que desempenham decisões fundamentais dentro da esfera institucional do poder norte-americano, como o presidente, o Congresso, o Departamento de Estado, o Departamento de Defesa, a comunidade de inteligência e o *National Security Council* (NSC).

No topo da pirâmide hierárquica que estabelece quem são os principais atores e tomadores de decisão do poderio norte-americano, tem-se o presidente, líder da nação, do poder executivo e comandante das Forças Armadas. Quem ocupa esta posição adquire, primeiramente, um poder de veto que o possibilita barrar quaisquer projetos de leis aprovados pelo Congresso. Além disso, o presidente

detém a responsabilidade de tomar decisões em zonas de conflito, podendo realocar, enviar e despender recursos para as tropas do exército e da marinha. O presidente dos Estados Unidos direciona, por meio do Departamento de Estado e do Departamento de Defesa, a política externa do país, dispondo do direito de reconhecer novas nações e governos. É importante, para os fins desta monografia, mencionar que o presidente dos EUA também se torna constitucionalmente responsável pela proteção dos americanos que residem no exterior (UNITED STATES INSTITUTE FOR PEACE, 2015).

O presidente divide com o Congresso os poderes relacionados aos assuntos de segurança nacional dos Estados Unidos. Ao contrário do presidente, o Congresso contém a autoridade exclusiva de declarar uma guerra, assim como a responsabilidade de criar regras para as forças armadas. De qualquer forma, a constituição americana não estabelece que o presidente nada possa fazer sem uma declaração de guerra²³ aprovada pelo Congresso. Sabe-se que, em geral, a depender do nível de gravidade, assuntos de segurança demandam medidas rápidas e até emergenciais de contenção. Ainda neste sentido, caso uma guerra seja declarada pelo Congresso, as decisões diárias concernentes a ela seriam tomadas pelo presidente, o que lhe garante maior autonomia (DUQUE, 2008, p. 55).

Quanto ao combate ao terrorismo, o Congresso aprovou, em resposta aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, uma resolução que autoriza ações militares imediatas contra membros da Al-Qaeda – e organizações filiadas ao grupo – que planejaram, autorizaram ou financiaram os atentados anteriormente mencionados (DECLARATIONS OF WAR, 2014, p. 30). Tal resolução confere ao presidente a autoridade de utilizar qualquer meio necessário para o estrangulamento de grupos terroristas. Lê-se, na resolução, as seguintes orientações:

Whereas, on September 11, 2001, acts of treacherous violence were committed against the United States and its citizens; and Whereas, such acts render it both necessary and appropriate that the United States exercise its rights to self-defense and to protect United States citizens both at home and abroad; and Whereas, in light of the threat to the national security and foreign policy of the United States posed by these grave acts of violence; and Whereas, the President has authority under the Constitution to

²³ Uma declaração formal que indica um estado de guerra entre os Estados Unidos da América e outra nação (DECLARATIONS OF WAR, 2014).

take action to deter and prevent acts of international terrorism against the United States: Now, therefore, be it resolved by the Senate and House of Representatives of the United States of America in Congress Assembled, that the President is authorized to use all necessary and appropriate force against those nations, organizations, or person he determines planned, authorized, committed, or aided the terrorist attacks that occurred on September 11 (PUBLIC LAW, 2001).

Como observado, essa resolução transfere ao presidente dos EUA maiores poderes, os quais funcionam como uma via facilitadora para o combate ao terrorismo. Ainda, ao depender da situação, o presidente conseguirá agir com maior sigilo e discrição, já que o processo congressional, além de vagaroso, tende a estar sujeito a vazamento de informações – o que pode vir a prejudicar quaisquer ataques surpresas contra grupos terroristas.

Ainda em termos que fazem concernência ao trato da segurança nacional nos Estados Unidos, é importante delinear as funções exercidas pelo *National Security Council*, principal fórum de auxílio ao presidente para questões de segurança e política externa. Instituída a partir do *National Security Act* de 1947 e sempre comandada pelo próprio presidente dos EUA, a agência é também formada pelo vice-presidente, pelos secretários de Estado e de Defesa, pelo diretor da *Central Intelligence Agency* (CIA), pelo presidente do *Joint Chiefs of Staff* – órgão que, quando requisitado, assessora o presidente militarmente – e por especialistas da área. Quando uma questão é identificada como passível de discussão em termos de segurança ou política externa, a agência elabora estudos que serão posteriormente entregues ou debatidos com o presidente em exercício (NATIONAL SECURITY COUNCIL, 2015).

A comunidade de inteligência norte-americana se adaptou às mudanças ensejadas pelas “novas” ameaças que ganharam força após o fim da Guerra Fria. As sequelas resultantes dos ataques terroristas que se sucederam em 2001 representaram o início da alteração da cultura de inteligência norte-americana. Hoje, a comunidade de inteligência dos EUA – formada por 17 agências governamentais que trabalham tanto isoladamente quanto de forma colaborativa – é inovadora e capaz de conter ameaças em um ambiente notadamente complexo de segurança, monitorando, prevenindo e desmantelando não só potenciais atos terroristas como a proliferação de armas de destruição em massa (JORDAN, et al., 1999, p. 149).

Dentre as agências que integram tal comunidade, têm-se, por exemplo, a CIA e agências subordinadas ao Departamento de Defesa, como os serviços de inteligência da marinha, da força aérea e do exército. Juntos, tais departamentos fornecem a políticos – como o presidente dos EUA – e militares informações estratégicas que lhes garantam vantagem no instante da tomada de uma decisão.

Conduzido por um secretário nomeado por escolha presidencial, o Departamento de Estado se envolve no trato de questões correlatas às relações internacionais estadunidenses. O secretário de Estado detém várias responsabilidades, incluindo a função de aconselhar e assessorar o presidente dos EUA no que se refere ao desenvolvimento e aplicação da política externa. Cabe mencionar, para os fins desta monografia, que o Departamento de Estado é responsável por manter a população e a mídia diariamente informadas sobre as relações e interações dos EUA com outros países – o que é executado através do *Daily Press Briefings* (DEPARTMENT OF STATE, 2015).

Ademais, cumpre evidenciar, também, a valia do Departamento de Defesa para um melhor entendimento da aplicação teórica que será feita posteriormente ao caso da ascensão do Estado Islâmico. Afora a responsabilidade de formular e executar as políticas norte-americanas de segurança e estratégia, o Departamento de Defesa controla a força militar – incluindo os militares e civis. Para manter seguros a população americana, os americanos que vivem no exterior e a integridade territorial estadunidense, o Departamento de Defesa – chefiado pelo secretário de Defesa – detém recursos e instalações prontos para serem despendidos e utilizados. Tais recursos têm sido essenciais para a contenção de grupos terroristas (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2015). Outra missão fundamental do Departamento de Defesa consiste na divulgação de informações e dados sobre operações militares – algumas das quais ainda em curso. Como os Estados Unidos são uma democracia pujante, a acurácia dessas informações é necessária e vai de acordo com os princípios constitutivos do Departamento, de forma que a população, o Congresso e veículos midiáticos possam ter acesso aos fatos e resultados da defesa nacional americana.

4 A APLICAÇÃO TEÓRICA AO CASO DA ASCENÇÃO DO ESTADO ISLÂMICO

4.1 A CONSTRUÇÃO DO GRUPO ESTADO ISLÂMICO COMO AMEAÇA ENTRE 2009 E 2013

Antes da elaboração de uma efetiva aplicação teórica ao caso da ascensão do Estado Islâmico, compreender como este grupo fora percebido como uma ameaça a partir da posse do presidente Barack Hussein Obama torna-se necessária. A devida securitização do tema pelos Estados Unidos fora executada em 2014 – ano em que o autodenominado Estado Islâmico passara a utilizar, em larga escala e em nome de uma ideologia, a violência física e psicológica –, mas o monitoramento das ações do grupo terrorista vem acontecendo desde 2004, tanto através do Departamento de Defesa quanto pelo Departamento de Estado.

Entre meados de 2004, quando o hoje Estado Islâmico fora reconhecido como um grupo terrorista pelos Estados Unidos, e meados de 2013 – ou seja, tanto em parte do governo de Bush quanto em parte do comando de Obama –, os Estados Unidos reagiam de maneira pouco intensa às ações do grupo anteriormente mencionado. Não havia, em primeiro lugar, uma comoção internacional ou mesmo dentro dos EUA para que houvesse uma urgência na contenção do grupo. Isso acontecia também em razão das ações esparsas e pouco frequentes do grupo terrorista. As informações das ações do grupo que estão disponíveis online, por exemplo, são poucas e desconstruídas no que se refere ao recorte temporal mencionado acima.

Deve-se levar em consideração, por exemplo, que o próprio nome do hoje internacionalmente conhecido Estado Islâmico mudou algumas vezes desde a sua fundação ao longo dos estágios iniciais da Insurgência Iraquiana. As motivações do grupo permaneceram impermeáveis desde o seu surgimento, mas a sua influência variou de intensidade e de alcance com o passar do tempo. De fato, o Estado Islâmico permaneceu à sombra da Al-Qaeda por quase uma década, de forma que até alguns dos ataques por eles perpetrados foram creditados pelos Estados Unidos à rede criada por Osama Bin Laden. O governo americano via-se inclinado a acreditar que o Estado Islâmico funcionava apenas como um dos tentáculos da Al-Qaeda no Iraque, e não como uma entidade com interesses, estratégias e meios próprios (MIDDLE EAST SECURITY REPORT, 2014).

Para melhor explicitarmos a diferença na assimilação do Estado Islâmico como um grupo terrorista cujas atividades deveriam ou não ser contidas de imediato, analisar-se-á, a princípio, o primeiro mandato do presidente Barack Obama – o qual durou de janeiro de 2009 a janeiro de 2012, quando ele fora efetivamente reeleito. Logo no início do seu mandato, Obama rejeitou o termo “guerra ao terror” ou “guerra global contra o terrorismo”, indicando que, na sua administração, nenhum deles seria utilizado. À época, Obama acreditava que o simples uso dessas terminologias influenciava o modo pelo qual os Estados Unidos lidavam contra o terrorismo em si. O presidente norte-americano também não se mostrava disposto a utilizar a frase “luta contra o jihadismo”, já que isso motivaria ou incentivaria os terroristas a acreditarem erroneamente que estão certos por agirem como agem em razão de uma motivação religiosa²⁴ (WASHINGTON TIMES, 2009).

O termo “operações externas de contingência” passara, então, a ser utilizado pela administração de Obama. De qualquer forma, a guerra contra a Al-Qaeda ainda persistia, ou seja, os Estados Unidos estavam em guerra contra um grupo específico, e não contra todos os praticantes do terrorismo – quer eles ameaçassem os interesses americanos ou não (THE WHITE HOUSE, 2009). Refrear e finalmente destruir a estrutura da Al-Qaeda, então, permaneceu, no primeiro mandato de Obama, como prioridade central da agenda – predominantemente antiterror – de segurança.

Como já visto, a agenda de segurança internacional é fundamentalmente estabelecida pelas grandes potências. São elas que definem qual será o tema ou ameaça central a ser contido ou debatido. Dito isso, com a prioridade dada à contenção da Al-Qaeda durante o primeiro mandato de Obama – líder da potência cuja percepção acerca do terrorismo fora chacoalhada após 2001 e cuja capacidade de enviesar o plano de discussão dos demais atores do sistema internacional –, as ações do Estado Islâmico ficavam em posições inferiores no *ranking* da agenda internacional de segurança. Em contrapartida, isso não significa que o prenúncio da periculosidade crescente desta organização terrorista não fosse visto com certo alarme ou não estivesse figurando num nível politizado de discussão.

Acontece que, ao desenrolar do primeiro mandato de Barack Obama, a ameaça representada pelo Estado Islâmico ainda estava associada à Al-Qaeda –

²⁴ É importante lembrar que os jihadistas islâmicos acreditam estarem purificando a si mesmos ao se esforçarem para atingirem um dado objetivo moral.

como mencionado nos capítulos anteriores, entre 2006 e o início de 2014, o grupo também era conhecido pelo nome Al-Qaeda no Iraque. Sabe-se, com base nos relatórios dos serviços de inteligência norte-americanos, que a Al-Qaeda não tem uma estrutura vertical ou estritamente hierarquizada. Ainda que tenha sido liderado por Osama Bin Laden até 2011, quando este veio a ser assassinado durante uma operação secreta realizada pelo esquadrão de elite da Marinha norte-americana, o grupo extremista é formado por células relativamente independentes, as quais são responsáveis pelo arranjo e execução de atos de terrorismo ao redor do mundo.

Impende reconhecer, diante dessa reflexão, uma das sutis diferenças entre as motivações do Estado Islâmico e as da Al-Qaeda. Os dois grupos se diferem não só pela forma que usam a violência como instrumento de ação política, mas também pela estratégia de alcance almejada. Enquanto as táticas do primeiro grupo são mais primitivas – envolvendo decapitações realizadas com armamentos rudimentares, por exemplo –, as do segundo são mais sofisticadas, indicando intensos treinamentos prévios e um conhecimento mais vasto de estratégias de espionagem e de guerra – os bombardeios simultâneos em trens da Espanha em 2008 e a facilidade com que os ataques às Torres Gêmeas e ao Pentágono foram realizados são a confirmação das opções tecnológicas da Al-Qaeda. Cumpre salientar, no entanto, que tais variáveis podem ser alteradas com o passar do tempo, especialmente como um resultado direto dos financiamentos destinados a cada um desses grupos extremistas (STRATFOR, 2014).

A Al-Qaeda fora criada a partir de uma odisséia pessoal de Bin Laden para lançar as bases de um Estado islâmico universalista que funcionasse como um facilitador global para o jihadismo, envolvendo um domínio feudal teocrático do mundo árabe e muçulmano. Pensando em uma escala mais ampla e em um longo prazo, Bin Laden buscou refúgio junto ao Talibã para estruturar as suas redes, angariando um apoio logístico e financeiro que possibilitou ataques em várias regiões do mundo, incluindo a Europa e os Estados Unidos²⁵. Por outro lado, o Estado Islâmico, criado pelo jordaniano Abu Zarqawi – que desaprovou a intervenção americana no Iraque e a instalação de tropas americanas em solo saudita –, possui um foco mais regionalizado e não global. Providos de um fervor wahhabita para o jihad, os membros deste grupo, retomando a concepção islâmica

²⁵ Bin Laden estava certo de que a guerra contra os EUA era um conflito enraizado no passado do Islã e que uma vitória estava garantida por Deus (KAMEL, 2007, p. 222).

clássica de califado, recorrem localmente à violência como uma via facilitadora para a concretização de suas metas. Ademais, ao tempo em que a Al-Qaeda se preocupa em se comunicar e “conquistar” o público que vai além de seu círculo extremista, os jihadistas do Estado Islâmico não demonstram tolerância para com aqueles que não se aliam a eles ou apoiam a sua causa.

Portanto, grosso modo, entre 2009 e 2012, recorte temporal referente ao primeiro mandato presidencial de Barack Hussein Obama, o Estado Islâmico não era percebido como uma ameaça isolada ou prioritária, mas como um grupo afiliado a Al-Qaeda cuja contenção estava em segundo plano. Na Estratégia Nacional para o Contraterrorismo, divulgada em meados de 2011, lê-se:

A decade after the September 11, 2001 terrorist attacks, the United States remains at war with al-Qa'ida. Although the United States did not seek this conflict, we remain committed, in conjunction with our partners worldwide, to disrupt, dismantle, and eventually defeat al-Qa'ida to ensure the security of our citizens and interests. Since 2001 the United States has worked with its partners around the globe to put relentless pressure on al-qa'ida – disrupting terrorist plots, measurably reducing the financial support available to the group, and inflicting significant leadership losses. Despite our many successes, al-Qa'ida continues to pose a direct threat to the United States (NATIONAL STRATEGY FOR COUNTERTERRORISM, 2011, p. 3).

O grupo Estado Islâmico é referenciado na estratégia através do nome pelo qual era reconhecido à época. Segundo o relatório, após anos de instabilidade política, o Iraque estava enfim se reerguendo e melhorando a sua situação política e econômica. Neste sentido, grupos como o Estado Islâmico no Iraque só serviam para espalhar o caos e incentivar um conflito sectário na região. Para isso, a estratégia salienta que os Estados Unidos permaneceriam vigilantes, monitorando as ações e tentativas do grupo de desestabilizar o governo iraquiano e perpetrarem ataques de alto nível contra o exército americano (NATIONAL STRATEGY FOR COUNTERTERRORISM, 2011, p. 15).

Em meados de 2012, alguns meses após a retirada das tropas norte-americanas do Iraque, Abu Bakr al-Baghdadi, antigo líder do Estado Islâmico – à época conhecido como Estado Islâmico no Iraque ou Al-Qaeda no Iraque – anunciou o começo de uma nova fase das ações do grupo e do jihadismo,

salientando que as prioridades do grupo haviam sido redefinidas e que ataques armados coordenados ocorreriam em cidades diferentes do Iraque. Notadamente, tais ataques, muitos deles simultâneos, vieram a cabo, causando a morte de centenas de civis em mais de 10 cidades diferentes do Iraque. É interessante apontar que o aumento²⁶ das atividades terroristas deste grupo integrava todo um conjunto de ataques e demonstrações de violência resultante da insurgência iraquiana que ganhara força com o vácuo de poder deixado pelos EUA com o fim ação armada que durou mais de uma década (THE WASHINGTON POST, 2012).

As ofensivas do Estado Islâmico a partir de 2012 cresceram não só em número como também em alcance geográfico, já que o grupo passara a atuar na Síria, integrando as forças rebeldes que lutavam contra o governo de Bashar al-Assad. Durante um testemunho para o Senado norte-americano em julho de 2012, James Clapper, diretor da Inteligência Nacional dos EUA, mostrou-se alarmado com as ações do Estado Islâmico e com a capacidade que o grupo estava mostrando de planejar e executar ataques, referindo-se a elas como “fenômenos preocupantes” (THE GUARDIAN, 2012).

Vale posicionar, com base nos argumentos dos autores da Escola de Copenhague, que ainda que determinadas ameaças possam parecer alarmantes ou demasiadamente evidentes em um primeiro momento, as mesmas continuam sendo construções sociais. Neste sentido, a ponderação dos discursos de atores securitizadores e funcionais para determinarmos a percepção de uma ameaça faz-se vital. Por conseguinte, no que se refere à percepção norte-americana da ameaça representada pelo Estado Islâmico aos seus interesses – sejam eles nacionais, de segurança ou econômicos –, percebe-se, com base no que fora explicitado até o momento, que houvera, entre 2009 e 2013, uma inclusão contínua do tema a um nível politizado de debate. Inicialmente, a preocupação do governo norte-americano – este tendo Barack Obama como seu líder – residia nas atividades concebidas pela rede Al-Qaeda. Os discursos proferidos por Obama em seu primeiro mandato enfatizavam tal desassossego, como já visto.

Poderíamos afirmar, em maior ou menor medida, caso estivéssemos nos dedicando a identificar a percepção que os Estados Unidos tiveram do grupo Estado Islâmico desde a sua criação em 2004, que o assunto fora securitizado – ou seja,

²⁶ Oficiais da inteligência norte-americana indicaram que, entre dezembro de 2011 e julho de 2012, o número de partícipes do grupo terrorista passara de mil para quase três mil (USA TODAY, 2012).

quando o público-alvo é convencido e medidas extraordinárias são tomadas para a proteção de um dado objeto referente – durante o governo de George W. Bush. Sabe-se que Abu Masab al-Zarqawi, primeiro líder do Estado Islâmico, à época conhecido como Tawhid al-Jihad, fora assassinado em 2005 durante um ataque com mísseis orquestrado pelos Estados Unidos. A morte de al-Zarqawi fazia parte de uma estratégia de contenção das forças rebeldes que se organizaram contra as forças armadas norte-americanas e britânicas no início da ocupação do Iraque em 2004. Posteriormente, o Estado Islâmico filiou-se a Al-Qaeda, e mesmo que suas ações continuassem sendo monitoradas pelos EUA, uma nova securitização não fora realizada.

Expostas tais assimilações – e apesar das mesmas –, cumpre ressaltar que esta monografia se propõe a explicar tão somente como os Estados Unidos notaram, a partir do início do governo de Barack Hussein Obama, o hoje autodenominado Estado Islâmico como ameaça – verificando, enfim, se houve ou não uma devida securitização do tema entre os atores do processo de decisão americanos. Dando continuidade a tais esforços de raciocínio, percebeu-se que, ao longo do primeiro mandato de Obama e no que tange às questões de segurança nacional do país, que as atividades terroristas do Estado Islâmico permaneceram em um nível politizado de discussão. O tema era debatido nos mais altos níveis da estrutura de poder dos EUA, mas não priorizado ou efetivamente securitizado.

Seguido pela desocupação das tropas norte-americanas do Iraque em dezembro de 2011 e pelo início do segundo mandato de Obama em janeiro de 2012, notou-se, a princípio no ano de 2013, que, ainda que um incremento vertiginoso das atividades do Estado Islâmico tenha se concretizado no Iraque e na Síria, pronunciamentos pertinentes de tomadores de decisão norte-americanos acerca de tais atividades eram pouco frequentes. Em maio de 2013, durante uma palestra na Universidade de Defesa Nacional dos EUA, por exemplo, Barack Obama disse:

Our nation is still threatened by terrorists. From Bengazi to Boston, we have been tragically reminded of that truth. We must recognize, however, that the threat has shift and evolved from the one that came to our shores on 2011. What we've seen is the emergence of various al-Qaeda affiliated. Lethal yet less capable al-Qaeda affiliates. From Yemen to Iraq, from Somalia to North Africa, the threat today is more diffuse. While we are vigilant for signs that

these groups may pose a transnational threat, most are focused on operating in the countries and regions where they are based. We must take these threats seriously, and do all that we can to confront them (UNIVERSITY OF NATIONAL DEFENSE, 2013).

Já em agosto de 2013, através de uma declaração à imprensa, os Estados Unidos condenaram as ações terroristas do Estado Islâmico, salientando que os terroristas do grupo eram inimigos não só dos Estados Unidos e do Iraque, mas também do Islã. Neste sentido, os Estados Unidos estariam dispostos a trabalhar conjuntamente com o governo iraquiano para confrontar a ameaça representada não só pelo Estado Islâmico, mas por outros grupos terroristas. Ademais, o Departamento de Estado ofereceu uma recompensa de 10 milhões de dólares a quem oferecesse aos EUA informações sobre o paradeiro do líder do grupo terrorista anteriormente mencionado, afirmando que a quantia se estendia àqueles que contribuíssem com informes sobre Ayman al-Zawahiri, líder da rede Al-Qaeda. Lê-se, na declaração à imprensa:

Abu Bakr al-Baghdadi, also known as Abu D'ua, is now based in Syria and has changed the name of Al-Qaeda in Iraq to Islamic State of Iraq and Sham (ISIS). He has taken personal credit for a series of terrorist attacks in Iraq since 2011, and most recently claimed credit for the operations against Abu Ghraib prison outside Baghdad, the suicide bombing assault on the Ministry of Justice, among other attacks against Iraqi Security Forces and Iraqi citizens going about their daily lives. The United States offers a \$10 million reward for information that helps authorities capture Abu Balr al-Baghdadi (DEPARTMENT OF STATE PRESS STATEMENT, 2013).

O avanço do Estado Islâmico para além das fronteiras iraquianas a partir de agosto de 2013 reiterou as aspirações do grupo de estabelecerem um califado na região. Os ataques ganharam mais força e tornaram-se mais frequentes à medida que o grupo passou a agir avidamente em diferentes cidades da Síria²⁷, tentando tomar, gradualmente, o controle das mesmas. Em dezembro do ano anteriormente mencionado, o Estado Islâmico obteve uma vantagem estratégica ao conseguir

²⁷ Entre setembro e dezembro de 2013, cidades sírias como Raqqah, Baqubah, Azaz e Abu Kamal passaram a serem ocupadas por membros do Estado Islâmico. A instabilidade resultante da guerra civil que assolava o país facilitou o avanço do grupo terrorista (AL JAZEERA, 2013).

controlar algumas das vilas de Azaz, cidade síria próxima a fronteira da Turquia. Por consequência, os membros do grupo passaram a monitorar, por um determinado período de tempo, todos os veículos que vinham da Turquia, conseguindo interceptar armas, munições, veículos e outros tipos de equipamento militar que o governo americano estava enviando para o Exército Livre da Síria, que faz oposição ao governo sírio desde 2011. O Departamento de Estado norte-americano, então, interrompeu o envio de armas pelas fronteiras da Turquia, o que veio a enfraquecer, como resultado, as forças rebeldes do Exército Livre sírio – facilitando a campanha de avanço do Estado Islâmico no país (WASHINGTON POST, 2013).

Expostas, em linhas gerais, as principais atividades do grupo terrorista autodenominado Estado Islâmico a partir do início da administração de Barack Hussein Obama em 2009, e sabendo que tais atividades influenciaram – em maior ou menor medida – a percepção do governo americano acerca de tal grupo, explicar-se-á, na próxima seção, a aplicação teórica ao caso.

Cabe reforçar, de qualquer modo, que, ainda que a devida securitização do tema tenha acontecido no ano de 2014, o entendimento de que o Estado Islâmico era um problema a ser monitorado com atenção já existia antes disso, ou seja, o tema estava politizado. Como fora explicado no segundo capítulo, Buzan et al. (1998) determina que um assunto pertence ao nível politizado quando requer não só um debate em termos de segurança, mas também decisões governamentais – estas inclusas em lócus “normais” de procedimento –, alocações de recursos e debates públicos. Entre 2009 e 2013, o governo norte-americano se posicionou oficialmente acerca do Estado Islâmico, chegando a oferecer uma recompensa milionária àqueles que fornecessem informações sobre o paradeiro do líder da organização terrorista.

Como argumentam os autores da Escola de Copenhague, um assunto sai do nível politizado para o securitizado quando ele é apresentado como uma ameaça existencial que solicita medidas emergenciais e extraordinárias para a sua contenção ou eliminação. Na teoria da securitização, quando um ator securitizador rotula algo ou alguém como uma ameaça, não nos resta analisar unicamente quais são as ameaças que colocaram a existência de um objeto referente em risco, mas sim compreender, por meio do ato-discurso, o processo de construção do entendimento que esta ameaça deve vir a ser prioritariamente contida.

Para entendermos a securitização, devemos entender o discurso que surtiu efeito suficiente para fazer com que o público-alvo consinta com, por exemplo, o rompimento das linhas da beligerância (BUZAN et al., 1998, pp. 24-25). Faz-se necessária, então, a ponderação dos discursos dos atores securitizadores e funcionais dos Estados Unidos para estabelecer com exatidão suas percepções de ameaça e, conseqüentemente, definir o que está sendo ameaçado, ou seja, o(s) objeto(s) referente(s).

4.2 O ATOR SECURITIZADOR, OS OBJETOS REFERENTES E O PÚBLICO-ALVO

Sabe-se que o cargo de presidente é o mais importante na estrutura decisória norte-americana – tanto em termos de política doméstica quanto no que tange às questões de segurança nacional. Logo, devemos ver quem ocupa esta posição como um relevante ator securitizador, já que ele possui autonomia para securitizar as questões que julga necessária, reivindicando, por meio de uma cadeia burocrática mais ampla, o uso de medidas extraordinárias, dentre as quais a força.

Cabe-nos interpretar, neste sentido, alguns dos discursos realizados pelo atual presidente dos Estados Unidos, Barack Hussein Obama, no ano de 2014, a fim de identificarmos não só o posicionamento dele em relação à identificação de ameaças, mas também percebermos como ele fora imprescindível para a securitização do tema. Ao mesmo tempo, uma contextualização acerca das ações executadas pelo grupo Estado Islâmico no ano de 2014 será feita, na medida em que as mesmas são diretamente responsáveis pelos posicionamentos do governo americano.

Em um importante pronunciamento realizado no dia 28 de maio de 2014 na Academia Militar dos Estados Unidos, Barack Obama, antes de fazer menção ao grupo Estado Islâmico, salientara que as chances de uma ameaça direta aos EUA por qualquer país eram baixas, especialmente quando comparadas com as que existiam à época da Guerra Fria. Logo, ainda que a capacidade dos grupos terroristas de causar danos fosse maior desde o ataque às torres gêmeas e ao pentágono em 2001, os Estados Unidos estariam preparados para responder a qualquer ofensa ou ameaça em maior proporção (NEW REPUBLIC, 2014).

Barack Obama reforçara que a maioria dos seus opositores acreditava que as atividades de grupos como o Estado Islâmico não eram – em especial depois da custosa guerra do Iraque e da lenta recuperação da economia americana – um problema a ser resolvido pelos Estados Unidos, mas que ele discorda, já que a antiga postura isolacionista dos Estados Unidos não voltaria a ser uma opção. Em suas palavras, ele declarou que:

We don't have a choice to ignore what happens beyond our borders. If nuclear materials are not secure, that poses a danger to American citizens. As the Syrian civil war spills across borders, the capacity of battle-hardened extremist groups to come after us only increases. Regional aggression that goes unchecked, will ultimately impact our allies, and could draw in our military. We can't ignore what happens beyond our boundaries. But to say that we have an interest in pursuing peace and freedom beyond our borders is not to say that every problem has a military solution (NEW REPUBLIC, 2014).

Apontando o poder militar como a espinha dorsal da liderança norte-americana no mundo, Obama, ainda no discurso anteriormente mencionado, mencionara que, em caso de problemas que não se posicionam como ameaças unicamente aos EUA, uma ação coletiva entre diferentes aliados seria a solução, como no caso da guerra civil síria – a qual ficara mais violenta com as ações do Estado Islâmico no norte do país. Barack Obama afirmara que, antes de empreenderem em uma custosa ação militar multilateral, os Estados Unidos e seus aliados deveriam recorrer à diplomacia, sanções e ao direito internacional.

Ainda durante o mesmo pronunciamento, Obama salientara que, enquanto fosse presidente, os Estados Unidos não invadiriam cada país que é assolado por ações descomedidas de grupos terroristas, mas sim formaria uma parceria com tais países, na esperança de conter as atividades de tais grupos através de estratégias concomitantes às ações difusas deles – em particular daqueles afiliados à Al-Qaeda, tal qual o Estado Islâmico (NEW REPUBLIC, 2014).

Percebe-se, em sua argumentação, que o enfrentamento de ameaças terroristas que não fossem diretas aos Estados Unidos se daria por meio do alinhamento das forças de partes interessadas na solução do assunto. O desafio mais complexo, no entanto, reside justamente no estabelecimento da coordenação

entre tais forças. Ademais, impende reconhecer que esse discurso de Obama nega a possibilidade de esquecimento da guerra do Iraque, já que a mesma – uma “guerra de escolha”, segundo o presidente – ainda que apontada pelo governo americano como um sucesso, resultou em gastos exorbitantes, na morte de milhares de soldados e na acentuação das atividades rebeldes de diferentes grupos étnicos e sectários (BANDEIRA, 2013, pp. 177-179).

As ofensivas do Estado Islâmico agravaram-se em junho, quando, frente à fragilidade das forças militares iraquianas, os membros do grupo terrorista dominaram Tikrit, cidade próxima à Bagdá, capital do Iraque, e Mosul, uma das maiores e mais importantes cidades do país²⁸ – já que esta possui rodovias estrategicamente ligadas à Turquia e à Síria (BBC NEWS, 2014). Diante do surpreendentemente rápido avanço do Estado Islâmico, o presidente Barack Obama se pronunciou, dizendo que: *“Iraq’s going to need more help from us, and it’s going to need more help from the international community. We need to make sure that these jihadists are not getting a permanent foothold in either Iraq or Syria”*. Obama garantiu que os Estados Unidos não enviariam tropas ao Iraque, mas que continuariam a colaborar com armamentos, munições, equipamentos médicos e informações de inteligência²⁹ (CNN, 2014).

A situação no Iraque configurou-se como ainda mais difícil entre junho e agosto de 2014, quando militantes do Estado Islâmico passaram a controlar determinadas áreas da cidade de Baiji, iniciando ofensivas consecutivas contra a maior refinaria de petróleo do país. As tensões entre as forças armadas iraquianas e os jihadistas do grupo terrorista estavam a recrescer, já que o Estado Islâmico insistia em manter o controle das reservas de óleo lá existentes. O grupo levava a sua motivação a cabo, passando a monitorar, por um breve período de tempo, cerca de 80% da refinaria, administrando a produção de barris de óleo cru e assumindo o manejo de importantes torres de observação. As forças iraquianas recuperaram o controle da refinaria no início de agosto (BBC NEWS, 2014).

²⁸ Ao tomarem o controle de Mosul, fortemente armadas, os militantes do grupo terrorista formaram uma base no aeroporto internacional da cidade e libertaram mais de mil prisioneiros de uma das principais cadeias da cidade (CNN, 2014).

²⁹ Entre janeiro e agosto de 2014, os Estados Unidos forneceram 15 bilhões de dólares em equipamentos e armas para o exército iraquiano. O Conselho Nacional de Segurança norte-americano afirmara, à época, que a principal preocupação era treinar os soldados iraquianos e ajudá-los com informações de inteligência que fossem úteis para o estrangulamento das atividades do Estado Islâmico (CNN, 2014).

Essa reflexão nos interessa porque o Iraque mostra-se relevante em termos de geopolítica e de estratégia para os Estados Unidos. A questão da segurança energética constitui uma das principais vertentes da política militar norte-americana, de forma que suprimentos de petróleo advindos de diferentes países do Oriente Médio, como o Iraque, seriam importantes para a manutenção da sua economia³⁰ (BANDEIRA, 2013, pp. 144-151). Seguindo esta linha de raciocínio, percebe-se que era de interesse dos Estados Unidos que o Iraque mantivesse o controle das refinarias de petróleo lá existentes, não cedendo às pressões e investidas do Estado Islâmico.

A questão do Estado Islâmico como uma ameaça a ser contida pelos Estados Unidos entrou em vias de uma efetiva securitização em agosto de 2014, quando o grupo capturou o controle da principal barragem do Iraque, localizada na cidade de Mosul, próxima ao Rio Tigre. A Barragem de Mosul regula a água e a principal fonte de energia do norte do Iraque, sendo essencial para a estrutura de energia elétrica e de irrigação do país. Sabe-se que os Estados Unidos investiram na Barragem a fim de financiarem uma constante manutenção da mesma, já que áreas de vazamento presentes em sua estrutura podem vir a causar uma enchente ao longo do Rio Tigre, atingindo Bagdad, a capital do Iraque.

Em uma carta endereçada ao congresso norte-americano, Barack Obama salientou que tais riscos não deveriam ser desconsiderados, já que uma falha na Barragem – a qual poderia vir a ser propositalmente causada pelo Estado Islâmico – incorreria na morte de civis³¹ – incluindo a de funcionários alocados na Embaixada norte-americana em Bagdad (HUFFINGTON POST, 2014). Neste sentido, e retomando o argumento de que o sucesso de um movimento de securitização vale-se da ênfase que o ator securitizador atribui, em seus discursos, ao que está sendo ameaçado. No caso aludido neste parágrafo, Obama explicou ao Congresso que funcionários americanos resididos no Iraque corriam um risco eminente de vida caso o Estado Islâmico continuasse a controlar a Barragem de Mosul, utilizando-a como

³⁰ Estima-se que os Estados Unidos importaram cerca de 9 milhões de barris de petróleo – incluindo óleo cru e produtos derivados, como gasolina – por dia em 2014. Os principais países que exportaram para os EUA no ano anteriormente mencionado foram o Canadá, a Arábia Saudita, o México, a Venezuela e o Iraque (U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015).

³¹ Um estudo realizado pelo *US Army Engineer Research* identificara a Barragem de Mosul como a mais perigosa do mundo, afirmando que a falha desta poderia resultar em uma enchente que causaria a morte meio milhão de habitantes em Mosul e Bagdad (INTERNATIONAL WATER POWER, 2011).

um instrumento de guerra. Por consequência, os Estados Unidos deveriam utilizar o uso da força, coordenando ataques aéreos que vissem a ajudar as forças iraquianas.

Obama, em defesa da perpetração de ataques aéreos direcionados às áreas controladas pelo Estado Islâmico no Iraque, ainda argumentara que não se tratava de uma iniciativa unilateral, mas de um esforço coletivo entre as forças americanas, iraquianas e curdas. Ele ressalta que: *“We do whatever is necessary to protect our people. We support our allies when they’re in danger”* (HUFFINGTON POST, 2014).

Sabe-se que um movimento de securitização só é bem sucedido quando o ator securitizador consegue convencer o seu público-alvo de que a segurança de determinado(s) objeto(s) referente(s) está em risco em razão da proeminência de uma ameaça. Neste sentido, o Congresso norte-americano mostrou-se como um público-alvo relevante, já que este é responsável conferir ou não efeito às ações do presidente. De qualquer maneira, Barack Obama se beneficia de certa autonomia em termos do trato de questões de segurança nacional, logo, mesmo tendo mantido os principais líderes do Congresso informados sobre sua estratégia de combate ao Estado Islâmico e mesmo tendo pedido o apoio destes, garantiu que não precisaria necessariamente de uma aprovação por votos para autorizar ataques aéreos em solo iraquiano (LA TIMES, 2014).

No dia 16 de agosto de 2014, medidas extraordinárias para a contenção de uma ameaça foram colocadas em prática quando a força aérea norte-americana realizou mais de uma dúzia de ataques contra membros do Estado Islâmico que estavam próximos à Barragem de Mosul (REUTERS, 2014). Recorrentemente, tem-se, então, a devida securitização do tema. Barack Obama, ao exercer sua prerrogativa de ator securitizador, autorizou, com o suporte de seu público-alvo e em razão da imprescindibilidade da proteção de um objeto referente, que as linhas da beligerância fossem rompidas para a contenção de uma ameaça.

O presidente Obama, também em agosto, afirmara em outro discurso que a campanha norte-americana contra o Estado Islâmico seria reduzida em escopo e duração, de forma que *raids* noturnas e outros tipos de ataques aéreos, principalmente por meio de *drones*³², só seriam realizados caso fossem realmente necessários. Obama argumentara que *“When we have the unique capabilities to hel*

³² Aviões não tripulados manejados a distância pela CIA que disparam, por exemplo, mísseis do tipo *AGM-114 Hellfire* (BANDEIRA, 2013, p. 208).

avert a massacre, then I believe the United States cannot turn a blind eye. We can act carefully and responsibly to prevent a potential act of genocide” (NEW YORK DAILY NEWS, 2014).

Em uma evidente resposta aos ataques aéreos perpetrados pelos Estados Unidos no Iraque, o grupo Estado Islâmico divulgara, no dia 20 de agosto, um vídeo onde um de seus membros assassina James Foley, um jornalista norte-americano. No vídeo, antes de ser decapitado, o jornalista é aparentemente coagido a ler um texto endereçado à nação norte-americana, no qual e a culpa pela sua morte. Ao final do vídeo, um dos militantes jihadistas, cujo inglês é de sotaque britânico e cujas vestes lhe cobrem o rosto, garante que as vidas de outros norte-americanos estarão em risco caso Barack Obama não recue ou cesse os ataques aéreos (CNN NEWS, 2014).

Pouco após receber a confirmação da veracidade do vídeo, Barack Obama se pronunciou em um discurso endereçado à população norte-americana e aos demais países do mundo. O presidente lamenta a morte de James Foley, reiterando que a sua principal missão é a de proteger os cidadãos americanos, e que isso era pertinente diante da atual conjuntura, já que o Estado Islâmico despande pouco ou nenhum valor à vida dos seres humanos. Obama diz que:

Let's be clear about ISIL. They have rampaged across cities and villages – killing innocent, unarmed civilians in cowardly acts of violence. They abduct women and children, and subject them to torture and rape and slavery. They have murdered Muslims – both Sunni and Shia – by the thousands. They target Christians and religious minorities, driving them from their homes, murdering them when they can for no other reason than they practice a different religion. So ISIL speaks for no religion (THE WHITE HOUSE, 2014).

Adiante, ele acrescenta que:

The United States of America will continue to do what we must do to protect our people. We will be vigilant and we will be relentless. When people harm americans, anywhere, we do what's necessary to see that justice is done. And we act against ISIL, standing alongside others. From governments and peoples across the Middle East there has to be a common effort to extract this cancer, so that it does no longer spread. And we will continue to

confront this hateful terrorism, and replace it with a sense of hope, peace and civility (THE WHITE HOUSE, 2014).

Vimos, por meio desses discursos e de suas decisões, Barack Obama exercendo um papel de ator securitizador, levantando, em frente à ameaça representada pelo Estado Islâmico, a importância da proteção de diferentes objetos referentes, dentre os quais: a) a proteção da população norte-americana, em especial daqueles que vivem ou trabalham nas regiões controladas pelo Estado Islâmico; b) a defesa dos países aliados aos Estados Unidos, como o Iraque; c) a paz e a estabilidade internacionais; d) a integridade econômica dos EUA (em razão do comércio de petróleo com o Iraque que poderia vir a ser prejudicado com a ação do Estado Islâmico em zonas petrolíferas).

4.3 OS ATORES FUNCIONAIS

Cabe lembrar que atores funcionais – sejam eles pessoas físicas, organizações governamentais, países ou entidades privadas – são aqueles que, além de valerem-se do poder de influenciarem, em maior ou menor medida, as decisões políticas e governamentais do ator securitizador, podem vir a possuir determinado interesse no desenlace da situação que requer medidas de contenção para a proteção de um objeto referente.

Neste sentido, e especialmente no que se refere ao ano em que a devida securitização do tema fora realizada, podemos destacar, como atores funcionais: a *Central Intelligence Agency* (CIA), o *National Security Council* (NSC), o Departamento de Defesa, o Departamento de Estado, o *Joint Chiefs of Staff* (JCS), as minorias curdas que se alinharam no combate ao Estado Islâmico no Iraque, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas,

Vale-se de ressalva que o objetivo desta monografia não é o de analisar os discursos e pronunciamentos de todos os atores funcionais envolvidos no movimento de securitização, mas sim de salientar quais foram os mais relevantes a ponto de moldarem o arbitramento do ator securitizador.

Em agosto de 2014, os membros do Conselho de Segurança emitiram uma resolução condenando as ações terroristas do Estado Islâmico e convidando os

demais países da comunidade internacional a unirem forças com o Iraque e os Estados Unidos para que o sofrimento da população afetada pelas atividades do grupo fosse aliviado. Lê-se, no pronunciamento, que:

The members of the Security Council reiterate that widespread or systematic attacks directed against any civilian populations because of their ethnic background, political grounds, religion or beliefs may constitute a crime against humanity, for which those responsible must be held accountable. We urge all State, in accordance with their obligations under resolution 1373 (2001), to cooperate in efforts to find and bring to justice individuals, groups, undertakings and entities associated with Al-Qaeda, including the Islamic State, Who perpetrate, organize and sponsor terrorist acts and in this regard underlines the importance of regional cooperation (UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL, 2014).

John Kerry, na condição de Secretário de Estado, era um dos atores funcionais mais influentes e capazes de influenciar as decisões do presidente Barack Obama, e em junho de 2014 sugerira a este que tropas – por mais reduzido que fosse o contingente – não deveriam ser enviadas ao Iraque. Em contrapartida, o general o Lloyd Austin, comandante das forças norte-americanas no Oriente Médio, aconselhara o presidente a enviar ao menos 25 mil soldados para o Iraque, especialmente aqueles que fossem capazes de darem assistência às forças iraquianas e bloquearem o rápido avanço do Estado Islâmico (WASHINGTON POST, 2015). Obama, como fora visto, optara pela estratégia sugerida por Kerry, certo de que isso seria o suficiente para neutralizar os conflitos na região.

Há de se ressaltar a importância da CIA na elaboração de pesquisas no âmbito de serviços de inteligência, monitorando o avanço do Estado Islâmico, registrando a quantidade de rebeldes que se aliavam ao grupo, coletando informações sobre o *modus operandi* de seus principais combatentes e rastreando, por meio de mídias sociais – como o twitter, o youtube e o facebook –, as áreas controladas pelo grupo, o que facilitava os ataques aéreos realizados com *drones* (TELEGRAPH, 2014).

Por fim, observa-se que tanto o ator securitizador quanto os atores funcionais possuíam argumentos e percepções convergentes acerca da ameaça que o Estado Islâmico representava não só para a região na qual o grupo está inserido, mas

também para minorias étnicas, para a população civil, para os interesses norteamericanos e para os cidadãos estadunidenses que residem no Iraque na Síria. A securitização, então, fora bem sucedida, ou seja, Barack Obama, dotado da prerrogativa do uso da força e apoiado na aderência do público-alvo aos seus discursos, conseguiu a aprovação de medidas de exceção para o início da contenção das atividades terroristas do Estado Islâmico.

5 CONCLUSÃO

O objetivo medular deste estudo foi o de identificar, sob a ótica do ato-discurso, a percepção do governo dos Estados Unidos da América acerca do grupo terrorista Estado Islâmico entre os anos de 2009 e 2014. Verificou-se, por conseguinte, e com base na teoria da securitização – desenvolvida no seio da Escola de Copenhague pelos autores Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde –, que as atividades deste grupo influenciaram a agenda discursiva dos atores securitizadores e funcionais norte-americanos, ao ponto destes darem início a um movimento de securitização que resultou na aprovação do uso da força para o seu combate.

Para tanto examinamos: a) como o terrorismo passou a ocupar uma posição importante na agenda de segurança dos Estados Unidos e como a Guerra do Iraque ensejou o surgimento do grupo Estado Islâmico; b) quais foram os principais avanços e retrocessos do Estado Islâmico desde a sua criação, compreendendo, também, quais são as motivações e objetivos do grupo; c) os conceitos desenvolvidos pela Escola de Copenhague – incluindo a inovadora teoria da securitização – a fim de estabelecermos as bases para a comprovação ou falseamento da hipótese levantada; e c) como Barack Obama convenceu seu público-alvo da importância do uso da força como meio de contenção do Estado Islâmico, ou seja, como o tema foi securitizado.

Explicado no segundo capítulo, o arcabouço teórico-conceitual da Escola de Copenhague nos foi necessário para que pudéssemos perceber o processo de convencimento do público-alvo executado por Barack Hussein Obama em meados de 2014. Ainda que tenha sido declarado como uma organização terrorista ainda em 2004 pelos Estados Unidos e ainda que suas atividades tenham sido monitoradas desde então, na administração de Obama, o Estado Islâmico só passou a ser enxergado como uma ameaça direta à população e aos interesses dos EUA em agosto de 2014, após a tomada de controle da Barragem de Mosul e da tentativa de controle da maior refinaria de petróleo do Iraque – com a qual os Estados Unidos estabeleciam trocas comerciais.

Percebeu-se, ainda, com a inundação do cotidiano norte-americano de notícias referentes aos americanos que estavam sendo decapitados por membros do Estado Islâmico – como o jornalista Steven Zolof –, que Barack Obama lidara que uma conjuntura que esbarrou no desafio da realidade. Foi neste sentido que ele reforçou que o seu principal missão como presidente dos Estados Unidos era a de proteger os cidadãos norte-americanos, estivessem eles onde fosse. Os vídeos divulgados internacionalmente pelo Estado Islâmico resultaram em efeitos concretos que obrigaram homens públicos a tomarem uma posição, o que implicou no início do movimento de securitização da questão.

Valendo-se do apoio do congresso, da comunidade de inteligência estadunidense e da sua elevada autonomia em termos de tomada de decisões concernentes à segurança nacional dos Estados Unidos, Barack Obama autorizou o início do uso da força contra o Estado Islâmico, rompendo, assim, as linhas da beligerância – pré-requisito, segundo a teoria da securitização, para que um tema saia do nível politizado de discussão e integre o nível politizado.

Neste sentido, impende reconhecer que os objetivos levantados foram cumpridos e que a hipótese de que quanto maior fosse a aderência do público-alvo aos discursos proferidos pelos atores securitizadores, maior seria a probabilidade de que os movimentos de securitização realizados por estes resultassem em medidas de exceção foi confirmada.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BBC NEWS. **Battle for iraq and syria in maps.** Disponível em:
<<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-27838034>> Acesso em: 29 abr. 2015.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** 13. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2007.

BROWN UNIVERSITY. **Costs of war executive summary.** Institute for International Studies, 2011.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Second chance.** New York: Basic Books, 2007.

BUZAN, Barry. HANSEN, Lene. **The evolution of nternational security studies.** New York: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry. WÆVER, Ole. **Security: a New Framework for Analysis.** Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CNN NEWS. **The Anatomy of ISIS.** Disponível em:
<<http://edition.cnn.com/2014/09/18/world/meast/isis-syria-iraq-hierarchy/>> Acesso em: 13 abr. 2015.

DEPARTMENT OF STATE. **Reports on terrorism.** Disponível em:
<www.state.gov/r/pa/prs/ps/2014/04/2254/06/htm> Acesso em: 19 abr. 2015.

_____. **Anti-ISIL strategy working – airstrikes having effect.** Disponível em: <www.defense.gov/news/newsarticle.aspx?id=123439> Acesso em: 11 abr. 2015.

HUFFINGTON POST. **Osama Bin Laden set a trap to lure America into perpetual war.** Disponível em: <www.huffingtonpost.com/h-a-goodman/on-911-osama-bin-laden-se_b_5911696.html> Acesso em: 13 abr. 2015.

INTERNATIONAL WATER POWER. **Na unprecedented task.** Disponível em: <<http://www.waterpowermagazine.com/features/featurean-unprecedented-task>> Acesso em 5 abr. 2015.

FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION. **Definition of terrorism in the U.S. Code.** Disponível em: <www.fbi.gov/about-us/investigate/terrorism-definition> Acesso em: 19 out. 2014.

FOREIGN POLICY. **The Islamic State Vs. Al-Qaeda.** Disponível em: <www.foreignpolicy.com/articles/2014/09/02/islamic_state_vs_al_qaeda_next_jihadi_super_power> Acesso em: 18 abr. 2015.

FOX NEWS. **Explosions hit three hotels in Jordan.** Disponível em: <<http://www.foxnews.com/story/2005/11/10/explosions-hit-three-hotels-in-jordan/>> Acesso em: 13 nov. 2014.

MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

NEW YORK DAILY NEWS. **It's obama who lost iraq.** Disponível em: <<http://www.nydailynews.com/opinion/charles-krauthammer-obama-lost-iraq-article-1.2231524>> Acesso em: 10 abr. 2015.

NEW YORK TIMES. **Struggling to starve ISIS of oil revenue.** Disponível em: <www.nytimes.com/2014/09/14/world/middleeast/struggling-to-starve-isis-of-oil>

revenue-us-seeks-assistance-from-turkey.html?_r=0> Acesso em: 15 de maio de 2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do candidato**: Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2009.

QUEIROZ, Fábio Albergaria de. **Hidropolítica e segurança**: as bacias platina e amazônica em perspectiva comparada. Brasília: FUNAG, 2012.

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**: curso elementar. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SEARLE, J. L. **Os atos da fala**: um ensaio de filosofia da linguagem. Coimbra: Almeida, 1984.

SOARES, Guido Fernando. Legitimidade de uma guerra preventiva em pleno 2003? **Política externa**, São Paulo, v. 12, n. 1, p.5-30, 2003.

TALBOTT, Strobe (Org.). **A era do terror**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

THE TELEGRAPH. **Barack Obama's ISIL speech**. Disponível em: <www.telegraph.co.uk/news/worldnews/barackobama/11088687/Barack-Obamas-Isil-speech-reaction.html> Acesso em: 16 abr. 2015.

THE WASHINGTON POST. **Tracking the islamic state's rise**. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-srv/special/world/islamic-state-tracker>> Acesso em: 18 abr. 2015.

THE WHITE HOUSE. **Selected speeches of president George W. Bush 2001-2008**. George W. Bush, 2013. Disponível em: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf> Acesso em 11 abr. 2015.

_____. **Statement by the president on ISIL.** Disponível em:
<www.whitehouse.gov/the-press-office/2014/09/10/statement-president-isil-1>
Acesso em: 16 fev. 2015.

UNITED NATIONS. **Definition of aggression, United Nations General Assembly Resolution 3314 (XXIX).** DOC, 2013. Disponível: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/739/16/IMG/NR073916.pdf?OpenElement>>
Acesso em 22 set. 2014.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Net imports by country.**
Disponível em:
<http://www.eia.gov/dnav/pet/pet_move_net_i_a_ep00_imn_mbbldpd_m.htm> Acesso
em 28 abr. 2015.

ZELIN, Aaron. The war between ISIS and al-Qaeda for supremacy of the global jihadist movement. **The Washington Institute**, n. 20, 2014. Disponível em:
<www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/ResearchNote_20_Zelin.pdf
> Acesso em: 24 fev. 2015.